

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA

De onde vêm e para onde vão...

Trajetórias de vida de pessoas em situação de sem-abrigo numa instituição de acolhimento temporário

Francisca de Melo de Menezes Queirós Lino

M

2019



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

DE ONDE VÊM E PARA ONDE VÃO...
TRAJETÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO
NUMA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Francisca de Melo de Menezes Queirós Lino

Outubro, 2019

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora Doutora *Raquel Barbosa* (FPCEUP) e coorientada pelo Professor Doutor *Luís Fernandes* (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do autor no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o autor declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O autor declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Quero agradecer à minha orientadora, a Professora Raquel Barbosa por todo o apoio e incentivo durante este período de trabalho intenso. Sempre confiou nas minhas decisões e não se importou em enveredar por um tema com o qual não estava totalmente familiarizada, aceitando levar a cabo comigo este desafio. Mesmo nos momentos em que achava que tudo estava negro, as suas palavras de esperança e de confiança levaram a que eu construísse este trabalho de que tanto me orgulho.

Não poderia deixar de agradecer ao Professor Luís Fernandes, por ser meu coorientador e principalmente por ser meu ouvinte quando eu não estava bem e precisava de alguém com quem partilhar os meus medos. É para mim uma referência e foi para mim um privilégio poder partilhar com ele mais este desafio.

À instituição que autorizou a minha recolha de dados e a todas as pessoas que me ajudaram a conseguir alcançar, passo a passo, aquilo que havia idealizado. Agradeço também aos participantes do meu estudo que me entregaram a sua história com toda a confiança e transmitindo-me sempre a certeza de saberem que iria fazer o melhor trabalho possível.

À minha família que sempre me apoiou e sempre se interessou pelo estado do meu trabalho e pelo meu bem-estar. Tenho de fazer um agradecimento especial aos meus pais, que são uns grandes companheiros nesta jornada que foi a faculdade. Estiveram sempre lá, sem nunca me deixar de dar a liberdade de que precisei para explorar tudo o que havia para explorar. Diverti-me, chorei, sorri, contei histórias, peripécias, passei por dias maus e com muito mau feitio e eles continuaram ali, a receber-me com um abraço apertado e a ser o meu porto seguro... que sei que o serão para sempre e independentemente da minha idade. Espero que esta tese consiga transparecer o final de um percurso, que vocês e o vosso trabalho me permitiu levar a cabo, deixando-vos orgulhosos da pessoa que educaram e que tanto gosta de vocês.

Ao Rafa, que entrou no meu percurso o ano passado, mas sinto que esteve sempre presente tal a importância que teve para mim nestes (quase) dois anos. É impossível saber se será para a vida, mas eu espero que sim, porque ele é das melhores pessoas que eu conheço pela sua simplicidade e bom coração, difíceis de encontrar. Compreendeu as minhas ausências, as minhas más respostas, as minhas angústias e lágrimas, dando-me sempre o conforto de que precisava. Superámos esta fase e, apesar de saber que ainda se seguem mais desafios, sei que juntos os conseguiremos ultrapassar.

A muitas das pessoas que entraram na minha vida na faculdade e que sem dúvida marcaram o meu percurso de uma forma muito bonita. Agradeço principalmente às minhas afilhadas por serem um orgulho e por serem uma constante na minha vida e aos meus padrinhos, Joana e Greg, por verem o melhor que há em mim desde os primeiros dias de faculdade e por nunca se esquecerem da sua pequenina.

À minhas amigas Liv, Leo e Vanessa que foram uma progressiva surpresa na minha vida e que, em cada dia e em cada conversa, me mostram o quão especial são e o porquê de eu gostar tanto delas. Aos meus amigos de sempre, principalmente à Carol que, apesar de termos estado presencialmente menos vezes juntas, se manteve sempre por perto com uma preocupação especial, sinónima de uma amizade forte, especial e duradoura.

Aos meus grandes amigos do *Free The Matrecos* por serem o que de mais incrível levo dos meus tempos de faculdade. Diziam-me que iria fazer amigos para a vida neste percurso universitário. No início não acreditei, mas pouco a pouco percebi que nunca conheci pessoas que me completassem tão bem. Queria agradecer à Mariana por, com 803 ou sem ele, não se esquecer que a adoro e que vejo nela alguém com uma personalidade maravilhosa (apesar do seu mau feitio); à Ângela, à Inês, à Essi e à Raquel por me apoiarem sempre e por todos os momentos partilhados; à Iara e ao Rui por serem meus verdadeiros amigos, independentemente do momento; à Anita por ser uma caixinha de boas surpresas e estar sempre pronta a ajudar; à Teiga pela sua boa *vibe* e por melhorar todos os meus dias; ao T0 que, à sua maneira reservada e peculiar, me conquistou pela sua presença atenta e amiga; ao Bordas, o meu companheiro de todos os momentos, e de quem eu tanto gosto e tanto me orgulho; à Telma por ser o brilho e a doçura do meu percurso académico e por se ter tornado numa das minhas melhores amigas; à Lisa pela sua ingenuidade engraçada que nos faz sempre rir e por ser uma verdadeira amiga; à Grizos, uma das grandes surpresas dos últimos anos, pela sua personalidade encantadora e por estar sempre lá (e para sempre); à Sharpay, que eu tanto gosto de picar e irritar, esperando que ela saiba que foi a amiga com quem partilhei todos os momentos desde sempre e que tenho a certeza que a nossa amizade durará até sermos velhinhas, com ela (ainda mais) rezingona. Escrever a tese ia ser um processo solitário e complicado... complicado e desafiante foi certamente, mas tornou-se menos solitário por vos ter ao meu lado e por juntos, partilharmos angústias e momentos de riso intermináveis, sem sabermos bem o porquê.

Para finalizar, agradecer a todos os quais não referi individualmente, mas que de alguma forma marcaram este percurso, que agora se finaliza com a entrega desta Dissertação.

Resumo

A presente investigação tem como objetivo central explorar as trajetórias de vida de pessoas sem-abrigo, assim como as suas perspetivas para o futuro. A pertinência deste estudo surge pela constatação da escassa exploração científica deste fenómeno, particularmente sobre pessoas em instituições de alojamento temporário.

Este estudo utiliza uma metodologia qualitativa, recorrendo a fichas de anamnese (23 participantes) e, seguidamente, a entrevistas semiestruturadas (realizadas a seis participantes com idades compreendidas entre os 47 e os 57 anos) a indivíduos a residir num abrigo temporário. A análise dos dados foi realizada maioritariamente com recurso ao *software* NVivo 12, onde se efetuou uma análise de conteúdo temática.

Os resultados obtidos destacam os problemas relacionais, quer conjugais (e.g. divórcio), quer familiares (e.g. falecimento dos pais), os comportamentos aditivos, a instabilidade financeira, o desemprego e o desalojamento como as principais razões apontadas pelos participantes para a situação de sem-abrigo. Evidenciam, também, o período de maior exclusão como uma fase de grandes dificuldades (e.g. instabilidade de sítio onde pernoitar), à exceção de um entrevistado que salienta a segurança e sossego que sentiu ao viver na rua. Todos os participantes estão satisfeitos com a sua entrada na instituição e com os serviços prestados, destacando tanto pontos positivos (e.g. apoio recebido) como, embora em menor número, alguns pontos negativos (e.g. acomodação por parte de alguns colegas). Relativamente às perspetivas de futuro, os entrevistados revelam muita ponderação e cautela, tendo em conta o desânimo de experiências passadas. Os objetivos enumerados podem ser agregados nas dimensões relacional, profissional e de habitação.

Em suma, o presente estudo pretende promover uma reflexão mais profunda sobre a trajetória de pessoas na condição de sem-abrigo, as adversidades pelas quais passaram e continuam a passar e, principalmente, fomentar o debate de estratégias para uma maior reinserção e uma menor acomodação à sua condição.

Palavras-chave: Exclusão social; Sem-abrigo; Trajetórias; Instituição de acolhimento temporário; Perspetivas futuras.

Abstract

The main objective of this research is to explore the life trajectories of homeless people, as well as their prospects for the future. The relevance of this analysis arises from the observation that there is little scientific exploration of this phenomenon, particularly relating to people in temporary housing institutions. This study uses a qualitative methodology, resorting to anamnesis records (23 participants) and then semi-structured interviews (conducted with six participants aged between 47 and 57) to individuals living in a temporary shelter. The data analysis was mostly performed using NVivo 12 software, where a thematic analysis was performed.

The obtained results highlight relationship problems, whether marital (e.g. divorce) or familial (e.g. parental death), addictive behaviors, financial instability, unemployment and eviction as the main reasons given by the participants for the state of homelessness. The interviewees also emphasize the period of greatest exclusion as a phase of tremendous adversity (e.g. uncertainty of where to stay), except for one interviewee who mentions the security and quietness of living on the street. All respondents are satisfied with their entry into the institution and the services provided, highlighting both positive aspects (e.g. support received) and, albeit to a lesser extent, some negative aspects (e.g. accommodation of some colleagues). Regarding future prospects, participants displayed a great deal of forethought and caution given the discouragement of past experiences. The mentioned objectives can be aggregated into relational, occupational and housing related dimensions.

In sum, the present study aims to promote a deeper reflection on the trajectory of homeless people, the adversities they have been through and continue to experience and, mainly, to stimulate the debate on strategies for greater reintegration and less accommodation to their condition.

Keywords: Social Exclusion; Homeless; Trajectories; Temporary housing institution; Future prospects

Résumé

Cette étude a pour objectif principal d'explorer le parcours de vie des personnes sans-abri ainsi que leurs perspectives d'avenir. La pertinence de cette étude découle d'un constat: le manque d'investigation scientifique sur ce phénomène, notamment sur les personnes en institutions d'hébergement temporaire.

Cette étude utilise la méthodologie qualitative en suivant scrupuleusement les fiches techniques « anamnèse » (23 participants) et suite, des entretiens semi-directifs (réalisés auprès de 6 individus âgés de 47 à 57 ans) séjournant dans ce type d'institution. L'analyse des données a été faite de façon thématique avec l'aide du logiciel NVivo 12.

Les résultats obtenus soulignent l'importance des problèmes relationnels rencontrés par les interviewés dans leur parcours de vie: les problèmes familiaux (divorce, décès des parents), les comportements addictifs, l'instabilité économique et financière, le chômage et perte de logement. Les interviewés évoquent la période d'exclusion comme une phase de grandes difficultés, notamment concernant la problématique du logement, à l'exception d'un individu qui fait part du sentiment de calme et de sécurité ressenti en vivant à la rue. L'ensemble de l'échantillon est satisfait de son entrée dans l'institution et des services fournis, soulignant à la fois points positifs (e.g. le soutien reçu) et, bien que dans une moindre mesure, certains points négatifs (e.g. l'hébergement par la partie de certains collègues). Quant aux perspectives d'avenir, les interviewés se montrent prudents et pondérés. Le découragement engendré par les expériences passées en est la cause principale. Les objectifs énoncés, les projections dans l'avenir peuvent être agrégés dans les sphères relationnelles, professionnelles et de logement.

En résumé, la présente étude souhaite encourager et promouvoir une réflexion plus profonde sur le parcours des personnes sans-abri, les adversités sur lesquelles ont vécu et souffrent toujours et, principalement, stimuler le débat des stratégies pour une majeure réinsertion et une mineur accommodation à leur condition.

Mots-clés: Exclusion sociale; Sans-abri; Trajectoires; Institutions d'accueil temporaires; Perspectives d'avenir

Índice

Introdução	1
I. Enquadramento teórico	3
1. Pobreza e exclusão social: a base do problema	3
2. A situação de Sem-abrigo: revisão teórica	5
2.1. Definição de sem-abrigo: um processo complexo	6
2.2. Caracterização dos sem-abrigo	7
2.3. Causas que precipitam o problema	8
2.4. As consequências de ser sem-abrigo: necessidades e fragilidades	10
2.5. Instituições: uma solução ou um entrave?	11
2.6. Perspetivas de futuro: um passo de cada vez	14
II. Método	16
1. Objetivo e questões de investigação	16
2. Desenho metodológico	16
3. Participantes	16
4. Instrumentos	17
5. Procedimentos	18
5.1. Procedimentos de recolha de dados	18
5.2. Procedimentos de análise de dados	19
III. Resultados	21
1. Quais as razões que levaram estas pessoas a ficar numa situação sem-abrigo?	21
1.1. Razões conducentes à situação de sem-abrigo	21
1.2. Período de vida antes da entrada na instituição	24
2. Que papel teve a instituição na sua trajetória de vida?	26
2.1. Entrada, primeiras impressões e sensações	26
2.2. Pontos positivos e de crescimento	27
2.3. Pontos negativos	28
3. Quais são os objetivos e planos para o futuro das pessoas nesta situação?	29
3.1. Objetivos para o futuro	30
3.2. Condições para a mudança	31
3.3. Reflexões acerca do futuro	32
IV. Discussão	34

V. Conclusão	41
Referências bibliográficas	44
Apêndices	48

Índice de Apêndices

Apêndice 1. Caracterização mais aprofundada da amostra	49
Apêndice 2. Notas biográficas dos participantes das entrevistas	50
Apêndice 3. Ficha de anamnese	54
Apêndice 4. Guião da entrevista semiestruturada	58
Apêndice 5. Consentimento informado	60
Apêndice 6. Sistema categorial	61
Apêndice 7. Definição operacional das categorias	64

Lista de Abreviaturas

ENIPSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo

FEANTSA - Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo

ISS - Instituto de Segurança Social

Introdução

“O fenómeno dos sem-abrigo constituiu porventura a faceta mais expressiva dos processos de exclusão social da cidade contemporânea”

(Pereira, Barreto, & Fernandes, 2000, p.3)

Com o aumento de pessoas em situação de sem-abrigo, aumentaram os estudos científicos sobre as pessoas nesta condição (Jesus & Menezes, 2010), mas ainda se está aquém do ideal, já que a maioria deles se fica pelo superficial, não tentando conhecer verdadeiramente as histórias das pessoas que passam por esta situação.

Além disso, muitos dos estudos sobre esta problemática centram-se na população de rua, surgindo, por isso, o interesse em analisar as histórias de pessoas que já passaram pela rua, mas que agora se encontram numa instituição de acolhimento temporário. Constatase que muitos se interessam em apresentar estatísticas que revelam que as pessoas saíram da rua, mas que existe alguma ineficácia no seu seguimento, no sentido de se perceber a situação atual de muitos deles, o que poderia permitir um enriquecimento do conhecimento, abrindo portas a uma intervenção cada vez mais adequada.

A pertinência deste estudo surge então da necessidade de se explorar a história de pessoas que se encontram sem casa, isto é, numa instituição de acolhimento temporário, o que os conduziu a uma vida de rua e instabilidade, que impacto está a ter a instituição na sua trajetória de vida e quais as suas perspetivas de futuro.

O foco da investigação é dar “voz a estes indivíduos frequentemente silenciados” (Nicodemos & Ferro, 2018, p.113), refletindo em torno de vários temas para uma concetualização abrangente acerca desta população, que está à vista e próxima do olhar de todos, mas que quase ninguém vê realmente.

Relativamente à organização desta dissertação, esta encontra-se dividida em cinco secções: enquadramento teórico, método, apresentação dos resultados, discussão e conclusão. O enquadramento teórico engloba a definição de alguns conceitos essenciais e que estão na base da construção da presente investigação, além da apresentação de alguns estudos relacionados com o tema. O método é constituído pelas principais questões de investigação, justificação da opção metodológica, caracterização dos participantes e explicação do procedimento de recolha e análise de dados. Na terceira e quarta secção são

apresentados, respetivamente, os resultados e a sua discussão, isto é, neste último ponto é realizada uma interligação entre os resultados do estudo, o enquadramento teórico e reflexões da investigadora. Para concluir, é apresentada uma secção final com algumas considerações, nomeadamente, limitações, potencialidades e sugestões para estudos futuros.

I. Enquadramento teórico

1. Pobreza e exclusão social: a base do problema

Atualmente, a maior parte das vezes em que se fala de exclusão ou pobreza, tem-se em mente a situação dos sem-abrigo (Costa, 1998). Considera-se então pertinente tentar desconstruir estes tópicos, antes de um primeiro contacto teórico com o que é uma pessoa em situação de sem-abrigo e de quais as principais características deste grupo vulnerável.

Exclusão social não é um conceito, mas sim uma área de convergência temática, pertencente ao grupo designado por objetos fluídos (Fernandes & Carvalho, 2000). A sua consistência teórica está comprometida pela heterogeneidade dos espaços, situações e grupos que intitulamos como “excluídos” (Fernandes, 2014). Além disso, estes “objetos” carecem de evidência empírica e são dificilmente operacionalizáveis (Fernandes & Carvalho, 2000).

Devido a este carácter genérico e ambíguo dos objetos fluídos (Costa, 1998; Paugam, 2003) será importante refletir sobre os mesmos. Este exercício de reflexão sobre a exclusão social e outras áreas relacionadas é muito pertinente, principalmente para não cair na tentação de aderir acriticamente a categorias discursivas de grande efeito no discurso público, geralmente intensificadas e repercutidas pelos meios de comunicação social (Fernandes, 2014).

Revela-se assim necessário não cair no erro de ter um olhar panorâmico para com os grupos ditos “excluídos”, já que é uma visão literalmente “de longe e de cima”, não se devendo, como já referido, enveredar por um caminho que se conforma com a aparência das coisas (Fernandes, 2014). A “naturalização do olhar coisifica a realidade e dispensa a compreensão dos mecanismos que produzem as hierarquias e as desigualdades” (Fernandes, 2005, p.29).

De acordo com Ruivo (2002) “um dos reflexos negativos da evolução das sociedades dos nossos dias prende-se com um problema até há bem pouco tempo remetido para um plano bem menos central e que disputa, hoje, foros de prioridade nas agendas políticas: trata-se do problema da Pobreza e da Exclusão Social” (p.13).

Já Dubet e Lapeyronnie (1992) se haviam centrado nesta problemática, defendendo que a exclusão se tem vindo a tornar num dos maiores problemas sociais da atualidade. É importante ter em conta que a exclusão social se apresenta como um fenómeno de tal modo complexo e heterogéneo que começa a tornar-se indispensável falar em diversos tipos de

exclusão. Costa (1998) distinguiu cinco modos de exclusão: social, cultural, económica, patológica e relacionada com comportamentos autodestrutivos. Esta complexidade e heterogeneidade saturam progressivamente a noção de excluído de sentidos, não-sentidos e contra-sentidos (Costa, 1998).

Fernandes (2005) defende que este objeto fluído faz parte do campo semântico onde se cruzam temáticas como a inadaptação social, a pobreza, a vulnerabilidade social, a marginalidade, entre outras.

Apesar de fluído e complexo, revela-se pertinente tentar delimitar e perceber da melhor forma possível este fenómeno. Castel (1999) perceciona a exclusão social como um processo descendente e como uma fase extrema da marginalização, indo de encontro à perspectiva de Costa (1998), que entende igualmente a exclusão social como um processo e não como um problema estático.

Este fenómeno assemelha-se a um plano inclinado, em que vão ocorrendo sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade, sendo o seu extremo caracterizado pela rutura dos laços familiares e afetivos e uma das ruturas intermédias mais significativas, certamente a que diz respeito ao mercado de trabalho (Castel, 1999).

As ruturas sucessivas dos laços sociais vão tendo como consequência a segregação das pessoas em territórios e coletivos fora dos recursos e valores dominantes da sociedade (Capucha, 2004). No que diz respeito ao mercado de trabalho, uma das principais ruturas intermédias, é pertinente salientar que o emprego tem vindo a ocupar um papel central nas nossas sociedades e que a sua perda acarreta muitas consequências, para além da privação económica, já que a modernidade consagrou o trabalho como organizador da sua racionalidade e ética, percecionando-o como um mecanismo socializador (Fernandes, 2005).

Por oposição a quem está empregado, o desempregado é envolvido por um sentimento de ter perdido a sua dignidade, entrando numa crise de identidade social, isolamento e dessocialização (Fernandes, 2005). Sistematizando, a falta de emprego isola, atinge a autoimagem, desvaloriza o indivíduo e invade-o por um sentimento de fracasso e de desmérito. Os indivíduos passam a ser vistos pela sociedade como supranumerários e dispensáveis pelo sistema social (Castel, 1999).

É relevante referir que, condensando todos os aspetos anteriores, a exclusão remete, nos dias de hoje, não só para uma questão de privação material, como também para uma degradação moral e dessocialização (Dubet & Lapeyronnie, 1992; Fernandes, 2005; Paugmam, 2003).

Xiberras (1993) também se centrou sobre este problema e defende que todos aqueles que recusam ou são incapazes de participar no mercado serão percebidos pela sociedade envolvente como excluídos. Este fenómeno da exclusão pode ser então interpretado como um insucesso em relação à normalidade aparente, através da rejeição das representações normalizantes da sociedade moderna (Xiberras, 1993).

Sobre esta questão da normalidade da vida moderna, considera-se o ambiente “urbano” natural e referencial da normalidade, mas este pode ser percecionado, segundo Fernandes e Carvalho (2000), como o mais artificial de todos os contextos de vida, já que “o artificial é natural no ser humano” (Fernandes & Carvalho, 2000, p.59).

As figuras excluídas têm em comum uma representação social estigmatizante, porém não há uma relação de mútua exclusividade entre grupos excluídos, já que podem existir recobrimentos parciais entre eles, isto é, um sem-abrigo pode ser também um toxicodependente (Fernandes, 2005).

Por isso, segundo Fernandes (2005), a categorização que é comumente realizada pela sociedade urbana, nomeadamente pelos meios de comunicação social, perpetua a exclusão e segregação social. Ao simplificar a realidade, oculta mecanismos de fundo que colocam certos estratos da população em situação de vulnerabilidade e de emergência social, oculta o que há de comum em indivíduos que são repartidos em categorias muito diferentes e apaga as características pessoais e únicas das trajetórias de cada indivíduo (Fernandes, 2005).

Esta categorização e conseqüente segregação, abre caminho para sentimentos de humilhação, inferioridade, vergonha e culpa, perda de autoestima, perda de identidade social, de autoconfiança, de motivações, do sentido de pertença à sociedade, entre outros (Costa, 1998; Fernandes, 2005). Pode dizer-se que tudo isto conduz, segundo os mesmos autores, a uma progressiva perda de humanidade.

2. A situação de Sem-abrigo: revisão teórica

Capucha (2004) defende que as pessoas que estão numa situação de sem-abrigo constituem uma população extremamente vulnerável a respeito da qual é menos o que se sabe do que o que falta saber já que, apesar do crescente aumento de pessoas sem-abrigo, em Portugal, são ainda poucos os estudos realizados nesta área, em particular aqueles que privilegiam uma abordagem compreensiva do fenómeno (Instituto da Segurança Social, 2005). O número reduzido de investigações em Portugal pode ser explicado pelo facto dos

primeiros estudos efetuados em território nacional rondarem os finais dos anos 80 (Silva, 2007).

Para se aprofundar este (insuficiente) conhecimento acerca desta população, é indispensável a análise da história de vida de cada uma das pessoas em situação de sem-abrigo, a percepção subjetiva que cada um tem da sua própria condição, das suas necessidades, hábitos e costumes, problemas, capacidades, motivações, entre outros (Costa, 1998). É ainda pertinente ter em conta que tornar-se sem-abrigo raramente é o resultado de uma sequência causa-efeito, isto é, geralmente não existe apenas uma razão que leva diretamente a esta condição de exclusão (Costa, 1998).

2.1. Definição de sem-abrigo: um processo complexo

O processo de perceber o que é uma pessoa em situação de sem-abrigo é essencial, mas tem-se revelado exigente, pois as definições são complexas, diversas e não consensuais, tornando por isso difícil operacionalizar este conceito (Tipple & Speak, 2005). Além disso, a definição comumente veiculada na sociedade tem um cariz depreciativo e debater-se mais sobre este problema social, poderia ser uma ajuda na diminuição de certos estereótipos, muitos deles errados, em relação a esta população vulnerável (Gomes & Guadalupe, 2011)

É frequente percecionarem-se as pessoas sem-abrigo como um grupo homogéneo, mas há vários autores que discordam desta ideia. Esta condição de vulnerabilidade é marcada por uma profunda heterogeneidade, algo que intensifica a magnitude do problema, apesar poderem ser identificados traços comuns entre estas pessoas (Costa, 1998; Pereira et al., 2000; Silva, 2007). Esta heterogeneidade baseia-se no facto de que não há duas situações iguais, tanto no que as caracteriza, como no percurso que as antecedeu, no tipo de carências e no tipo de medidas necessárias para uma intervenção eficaz (Costa, 1998).

Snow e Anderson (1998) não utilizam a expressão sem-abrigo, mas sim “moradores de rua”, já que definem estes atores sociais através do modo de vida que estes constroem, em vez de o foco ser aquilo que são ou não têm. Os mesmos autores consideram também que viver e conviver na rua produz uma subcultura própria, tendo esta um poder integrador dos indivíduos que o destino aproximou, apesar de ter sido devido a circunstâncias desfavoráveis.

A definição relativa a “sem-abrigo” tem vindo a alterar-se e a agrupar cada vez mais condições de vulnerabilidade. Considerando a situação de sem-abrigo numa perspetiva mais recente, esta remete para um continuum desde aqueles que não têm casa até aos que têm um alojamento inadequado e/ou inseguro, ultrapassando em larga medida a condição de não ter

um abrigo ou de viver na rua. Foi então criada uma divisão intitulada *European Typology of Homelessness and Housing Exclusion* (ETHOS) que divide e concetualiza as diferentes situações em quatro categorias principais: sem-teto, sem-casa, com uma habitação precária e com uma habitação inadequada (Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com os Sem-Abrigo, 2005). A FEANTSA (2005) defende também que a condição de estar sem-abrigo é um processo, ao invés de ser encarada como um fenómeno estático, e que pode afetar os indivíduos em várias fases da sua trajetória de vida.

O conceito de pessoa sem-abrigo, utilizado na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo (2019), foi baseado na perspetiva anterior e considera pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem teto ou sem casa. Se se encontrar sem teto, vive num espaço público, alojada num abrigo de emergência ou num local precário e, se for considerada sem casa, encontra-se num alojamento temporário destinado para o efeito (ENIPSA, 2019). Esta ampla definição foi então formulada pela ENIPSA, já tendo sido formulada desde a estratégia de 2009-2015, mantendo-se desde então.

Na mesma linha de pensamento do “estar sem-abrigo” em vez de “ser sem-abrigo”, a ENIPSA para o período de 2017-2023, defende a alteração da designação de “sem-abrigo” para “pessoa em situação de sem-abrigo”, já que deve ser uma situação de transição e não uma condição na vida de uma pessoa (ENIPSA, 2019).

2.2. Caracterização dos sem-abrigo

Segundo o último Censos, realizado em 2011, foram contabilizados 663 sem-abrigo em Portugal Continental, dos quais 218 pertenciam à região norte (Instituto Nacional de Estatística, 2012). Já de acordo com um estudo levado a cabo pelo ISS (2005), em Portugal Continental, entre 2004 e 2005, contabilizaram-se 2717 sem-abrigo. O perfil comum era o seguinte: sexo masculino, solteiro, idade compreendida entre os 30 e os 59 anos e 75% de nacionalidade portuguesa. Em Lisboa predominavam indivíduos com mais de 50 anos e com problemas de alcoolismo e no Porto a maioria tinha menos de 39 anos e a sua trajetória estava marcada por problemas ligados ao consumo de drogas. (ISS, 2005).

Como é possível verificar, apesar da diferença temporal, este último estudo, apesar de mais antigo, contabiliza muitos mais sem-abrigo do que o Censos, reforçando que esta é uma população de difícil acesso, o que complexifica o modo de quantificar as pessoas que estão nesta condição de uma forma precisa.

Segundo uma estatística mais atual, a discrepância é ainda mais evidente, tendo de ser tida em conta, mais uma vez, o intervalo de tempo passado. Além disso, desde a implementação de uma estratégia a nível nacional também há mais trabalho em rede para aceder a esta população, no sentido de ter números mais concretos e realistas. Em 2018 existiam então, em Portugal Continental, 3.396 pessoas contabilizadas e que estavam em condição de sem-abrigo, na sua maioria concentradas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. No Porto foram registadas 174 pessoas sem-teto e 257 pessoas sem-casa (ENIPSA, 2018).

2.3. Causas que precipitam o problema

A presença dos sem-abrigo em ambiente urbano é um fenómeno antigo, mas provavelmente devido à crise económico-financeira e às mudanças sociais subjacentes que temos vindo a vivenciar na última década, é uma situação que se tem tornado cada vez mais visível (Leão, 2014; Lúcio & Marques, 2010). A verdade é que, além desta crise, não é difícil perceber o porquê do aumento constante de pessoas sem-abrigo, já que atualmente vivemos numa sociedade cada vez mais individualista, racional e capitalista, onde o encontro, o toque e a espontaneidade dos afectos deram lugar à reserva e indiferença, desvirtuando o indivíduo da sua verdadeira condição humana (Quintas, 2010; Simmel, 1997).

É evidente que a situação de sem-abrigo não deriva exclusivamente de variáveis individuais (ISS, 2005). A responsabilidade pela génese e manutenção desta situação está relacionada com um conjunto elevado de fatores, em que se incluem a sociedade, as políticas sociais e económicas, as instituições, os técnicos sociais e de saúde, assim como os próprios indivíduos (Bento & Barreto, 2002).

Estar sem-abrigo representa o final de um processo que se associa à pobreza, mas que é distinto desta pelo número e dimensão das ruturas com os vários sistemas (Nogueira & Ferreira, 2007). Viver na rua apresenta-se como uma das mais extremas manifestações dessa mesma pobreza e de uma vulnerabilidade e precariedade crescentes (Aldeia, 2014).

Esta problemática decorre de uma “nova pobreza”, relacionada com a degradação do mercado de trabalho, com a multiplicação de empregos instáveis e precários, com o forte crescimento do desemprego de longa duração, assim como com o enfraquecimento dos laços sociais, manifestado principalmente no aumento das ruturas conjugais e no declínio da proximidade entre indivíduos (Paugam, 2003).

Wolch, Dear e Akita (1988) contruíram um modelo explicativo sobre o fenómeno de estar sem abrigo intitulado *The path to homelessness*. Este modelo encontra-se dividido em

três estádios: o primeiro está relacionado com os fatores estruturais e contextuais, relacionados por exemplo com mudanças na economia; o segundo estágio relaciona-se com a diminuição da oferta de habitação a baixo custo, mudança que levou a um aumento da procura de abrigo temporário; o terceiro foca-se no indivíduo e em acontecimentos adversos que podem ocorrer, como o falecimento de um dos pais ou uma separação, potenciando a possibilidade de uma passagem para uma situação de sem-abrigo.

Costa (1998) considera que existem várias causas que podem conduzir alguém a uma condição desta vulnerabilidade, como uma situação habitacional precária, ou seja, más condições de habitação que vão gerando um crescente *stress* habitacional. Este *stress* intensifica problemas relacionais correntes, podendo desencadear e acelerar um processo de rutura familiar (Costa, 1998). Outra das causas, que é uma das mais preponderantes, é a pobreza e também o estar numa situação de desemprego, principalmente se for uma situação de desemprego de longa duração (Costa, 1998). O mesmo autor afirma, ainda, que podem ser conduzidos a esta condição, doentes mentais, que não preenchem as condições técnicas e legais para serem internados e, por não terem onde morar, ou por estarem incompatibilizados com os familiares por causa da própria doença, tornam-se sem-abrigo. O alcoolismo e a toxicodependência são evidenciados tanto como uma causa, como uma consequência desta fase extrema de exclusão (Costa, 1998).

As trajetórias de vida mais comuns de passar a viver na rua incluem pobreza persistente, redes sociais enfraquecidas e falta de apoio social, atividade criminal, doença mental e perturbações associadas ao uso de substâncias (Sullivan, Burnam, & Koegel, 2000). É importante evidenciar que há estudos que sugerem que as perturbações associadas ao uso de substâncias e doenças físicas e mentais graves são mais prevalentes nos sem-abrigo do que na população em geral (Bento & Barreto, 2002).

Com uma perspetiva idêntica, Leão (2014) considera que a condição de sem-abrigo agrega uma variabilidade de situações, mas que estão em grande medida relacionadas com a falta de recursos, más condições de vida e de saúde, fazendo com que estas pessoas não estejam integradas na sociedade e resultando na pobreza e exclusão social ou derivando destas.

O estudo de Nascimento (2016) agrega muitas das causas descritas acima através do discurso dos participantes: relações de vinculação frágeis, isolamento, ruturas familiares, ruturas afetivas, ruturas sociais e profissionais.

Gomes e Guadalupe (2011) destacam, ainda, que esta problemática afeta não só indivíduos mais vulneráveis às situações de risco, como também aqueles que se encontram

numa situação social e económica estável, mas que num certo ponto das suas vidas, a sua trajetória se destabiliza radicalmente.

Sintetizando Aldeia (2011) considera que o fenómeno dos sem-abrigo é um processo de “desafiliação”:

É, sobretudo, uma questão de enfraquecimento de diversos tipos de laços sociais (...) ligações ao mundo do trabalho que se fragilizam e se perdem, (...) redução das possibilidades de acesso aos direitos de cidadania (...) redução da protecção e do reconhecimento que derivam dos laços com a família, os amigos, os vizinhos, os colegas de trabalho. Tudo isto está para além das dificuldades económicas dos sujeitos, ainda que as inclua. (p.11)

2.4. As consequências de ser sem-abrigo: necessidades e fragilidades

A condição de estar sem-abrigo reflete uma degradação psicológica a que a pobreza e a exclusão podem conduzir, tanto em termos de identidade social como de identidade pessoal, afetando as motivações, autoconfiança, proatividade e expectativas das pessoas relativamente a conseguirem ultrapassar esta situação (Costa, 1998).

No que diz respeito às necessidades sentidas pelas pessoas sem-abrigo, de acordo com os resultados de uma investigação levada a cabo em Lisboa por Sousa e Almeida (2001), as mais referidas foram: a necessidade de apoio na obtenção de alimentação, vestuário e abrigo; apoio na identificação e avaliação das suas próprias necessidades; assistência médica (para problemas de saúde física); apoio na informação e protecção de direitos; apoio na área do emprego; e a necessidade de cuidados dentários.

Na investigação de Viegas (2013) também ficou claro que os sem-abrigo, no seu período de vida na rua, relatam outras dificuldades como não conseguir dormir e/ou ter dificuldades em encontrar um sítio sossegado onde podem pernoitar, estarem expostos a condições climatéricas adversas, terem um apoio familiar insuficiente, sofrerem de uma desocupação do tempo, terem falta de privacidade e terem preocupações com a sua segurança.

Bento e Barreto (2002) consideram que o isolamento e a angústia do abandono são duas das grandes fragilidades de uma pessoa nesta situação, consequência de vinculações inseguras e do empobrecimento da sua rede de suporte social. Consequentemente, as pessoas nesta situação, por vezes, sentem um grande desespero. A taxa de suicídio é, aproximadamente, nove vezes mais elevada na população sem-abrigo do que nos restantes indivíduos (Poon, Holleran, Chu, Goldblum, & Bongar, 2017).

Segundo Quintas (2010), ao serem alvo de uma profunda indiferença e até vítimas de estigmatização, o amor-próprio das pessoas em condição de sem-abrigo é afetado. De forma a atenuar as consequências negativas que a estigmatização tem na sua autoestima e identidade, estes indivíduos conectam-se a outros que estejam na mesma situação, com o intuito de satisfazer a necessidade e desejo básico de pertença a um grupo (Quintas, 2010).

É possível então concluir que as necessidades desta população não se cingem a necessidades alimentares ou de higiene. Os indivíduos sem-abrigo, apesar de estarem à margem da sociedade e de serem muitas vezes vistos como “indiferentes”, têm a necessidade de se manter socialmente vivos e, por isso mesmo, vão criando uma subcultura própria, que os vai fazendo sentir integrados num grupo (Snow & Anderson, 1998). No entanto, esta ligação pode facilitar a passagem daquilo que se chama “estar sem-abrigo”, para um estado mais permanente, no sentido daquilo que se pode designar como “ser sem-abrigo” (Quintas, 2010).

2.5. Instituições: uma solução ou um entrave?

Fica claro, por todos os aspetos que foram sendo apontados, que a população sem-abrigo necessita de muita atenção e de medidas específicas para uma intervenção eficaz. Apesar de parecer evidente que há bastantes associações que se organizam de modo a ajudar as pessoas nesta condição, parece-nos que a manutenção da identidade de cada pessoa, assim como o assegurar de que estas continuam a ser seres sociais, está aquém do que deveria ser.

Ao ser uma população heterogénea, exige uma intervenção pensada e adequada às necessidades que vão sendo reveladas, colocando diariamente desafios aos técnicos e obrigando todos os elementos das instituições de apoio a (re)pensar estratégias de intervenção e políticas sociais (Gomes & Guadalupe, 2011). Assim, o que se pretende é que se vão desenvolvendo sistemas de apoio de acordo com as especificidades e ritmo de mudança desta população (Sousa & Almeida, 2001).

Nos estudos analisados surgem várias considerações em relação ao papel das instituições, existindo, tanto investigações que dão um grande enfoque ao apoio vinculado por essas estruturas, como estudos com considerações de autores, um pouco mais críticos em relação à intervenção dessas mesmas instituições, e que apontam fragilidades relativamente ao seu trabalho interventivo.

Gomes e Guadalupe (2011) defendem que as instituições têm uma importância preponderante na vida das pessoas em situação de sem-abrigo, devendo assegurar não só os mecanismos básicos para a sua subsistência, mas também proporcionar as condições

necessárias para uma reintegração social e profissional destes indivíduos, ajudando-os no treino das suas competências. Apesar disso, consideram que muitas vezes as instituições contribuem involuntariamente para uma estagnação e possível dependência em relação às mesmas.

Nobre e Barreira (2018) apesar de salientarem as estratégias de suporte prestadas pelas instituições, defendem que por vezes a intervenção não tem atenção à heterogeneidade das situações, isto é, não privilegia uma intervenção adequada aos estilos de vida, necessidades e desejos das pessoas como indivíduos distintos. O progressivo aumento das estruturas de apoio a esta população parece não trazer consigo respostas especializadas e com um carácter de reintegração dos indivíduos na sociedade (Gomes & Guadalupe, 2011).

Por exemplo, há por vezes uma categorização das pessoas em situação de sem-abrigo em função dos seus problemas, isto é, categorias como alcoolismo, perturbações psiquiátricas, entre outros (Silva, 2007). As instituições que trabalham desta forma percecionam este modo de categorização e consequente intervenção como mais simples de criar respostas e soluções.

Esta última ideia vai de encontro à crítica de Aldeia (2019) que argumenta que se os sem-abrigo são vistos como anormais e/ou anormativos, só poderão sair da rua através da ajuda de um profissional assistencialista e, para isto acontecer, a pessoa em condição de sem-abrigo terá de modificar quem é, iniciando-se uma relação de dominação por parte das estruturas de apoio. Esta posição de submissão é, na opinião do autor, a causa da aceitação da posição desqualificada das pessoas nesta condição vulnerável (Aldeia, 2019). Suportando esta perspetiva de aceitação de uma suposta inferioridade, num estudo realizado por Nicodemos e Ferro (2018) um dos participantes dizia o que achava que os elementos da equipa de apoio queriam ouvir, sendo muito mais difícil intervir nas “suas supostas mazelas psicossociais” (p.102), porque aí ele reagia de forma muito violenta e revoltada.

Sousa e Almeida (2001) defendem que medidas como a institucionalização são uma tentativa de minorar e, progressivamente, resolver este fenómeno problemático, porém são da opinião de que estas medidas não visam a autonomia dos utentes, o que leva a uma dependência face aos serviços que prestam. Esta adaptação e dependência relativamente às instituições e, possivelmente, com o passar do tempo, à própria condição de sem-abrigo, é um dado muito referido na literatura (Bento & Barreto, 2002; Gomes & Guadalupe, 2011; Pereira et al., 2000; Pilar, 2015; Sousa & Almeida, 2001).

Pereira e colaboradores (2000) falam em processos de adaptação e acomodação à condição de sem-abrigo que, muitas vezes, contam com a cumplicidade inconsciente das

instituições que teriam o propósito de reverter esta situação. A passagem de “estar sem-abrigo” para “ser sem-abrigo” pressupõe uma acumulação de insucessos, que os levam a perder a esperança de encontrar um estilo de vida alternativo.

Num estudo em Coimbra, realizado por Gomes e Guadalupe (2011), concluiu-se que 87.5% das instituições prestava apoio ao vestuário e apoio psicossocial, seguido de 62.5% que disponibilizava refeições, apoio médico e apoio à higiene pessoal dos utentes. Por fim, apenas 25% das estruturas de apoio se destinavam ao alojamento temporário, programas ocupacionais, formação e inserção profissional e programas de substituição de drogas e redução de riscos.

Especificamente em relação a instituições de abrigo temporário, há autores que defendem que esta não é a solução mais recomendável, mas já que o cenário económico, político e social complica a situação e torna todas as mudanças excessivamente demoradas, deve haver um esforço para que as condições e a intervenção em cada estrutura sejam as melhores possíveis (Shinn, Knickman, Ward, Petrovic, & Muth, 1990).

Na investigação de Sousa e Almeida (2001), agora na sua vertente ligada à satisfação e necessidades percecionadas pelos utentes de um abrigo em Lisboa, os investigadores obtiveram resultados no sentido dos participantes considerarem que a maioria dos serviços do abrigo não ia de encontro às suas necessidades e que os técnicos da instituição não se empenhavam o suficiente. Apesar disso, tendo por base os serviços existentes, a maior parte encontrava-se satisfeita, principalmente com a possibilidade de aceder à lavandaria (75%), com a oportunidade de fazerem amigos (62.5%) e com a oferta de alimentação suficiente (50%). Apesar de a maioria deles concordar com as regras da estrutura (75%), metade dos participantes criaria outras, se tivesse essa possibilidade/autoridade. As regras estariam relacionadas, por exemplo, com uma maior disciplina e sanções mais rigorosas no caso de incumprimento das normas estabelecidas.

Relativamente a um ponto negativo, cerca de 53% dos participantes é da opinião de que o horário de funcionamento da instituição é muito curto e que, se pudessem, o alargariam com vista a uma maior compatibilidade com outras atividades, nomeadamente, horários de trabalho. Este último ponto vai de encontro à posição de Aldeia (2014), já que este autor defende que os horários inflexíveis das instituições podem dificultar o acesso ao mercado laboral e, refere ainda, que há casos em que se o utente chegar após o horário do fecho, nomeadamente por ter estado a trabalhar, terá de pernoitar na rua nesse dia. Acrescenta ainda que, aquando da entrada neste género de estruturas, a ansiedade pode não diminuir, assim

como o sentimento de segurança pode não aumentar e, além disso, a sensação de noites mal dormidas poderá não ser forçosamente menor.

Num estudo com características semelhantes ao anterior, realizado por Pilar (2015) relativamente à satisfação dos utentes da Associação dos Albergues Nocturnos do Porto, a maior parte dos participantes está satisfeito com os serviços prestados, salientando a resposta às necessidades básicas. Apesar de se encontrarem satisfeitos, metade dos participantes explicam a relevância de existir um maior acompanhamento por parte dos técnicos, evidenciando que o apoio que lhes é prestado é indispensável e que, se houvesse mais técnicos, seria ainda melhor para os utentes. Conclui-se também que o elevado número de utentes e os insuficientes elementos da equipa técnica, levam a que necessidades como o apoio psicológico e orientação profissional não possam ser uma prioridade na intervenção.

Sistematizando, a investigação parece comprovar existirem benefícios relativamente ao apoio das instituições, mas salienta a falta de uma intervenção focada nas necessidades dos indivíduos e a criação de uma progressiva dependência dos seus serviços, que só poderá ser resolvida com medidas com o intuito de fomentar o empoderamento e autonomização das pessoas nesta condição.

2.6.Perspetivas de futuro: um passo de cada vez

Não foi encontrada evidência científica considerável em relação às perspetivas de futuro desta população, principalmente sobre pessoas que se encontram em instituições de acolhimento temporário.

As pessoas em situação de sem-abrigo não parecem ter grandes perspetivas em relação ao seu futuro e, mesmo que tenham alguns sonhos, o seu discurso é maioritariamente preenchido com o seu passado (Nascimento, 2016). A definição de objetivos futuros, no estudo de Nascimento (2016), é quase inexistente e os participantes desta investigação evidenciam dar ênfase a viver apenas o presente. Destaca-se o discurso de um participante, que se mostra descontente por já ter sido muitas vezes enganado em relação a propostas de trabalho e considera, por isso, que, mesmo que a sua experiência seja negativa, o vai ajudar no futuro porque “se aparecer mais uma proposta, primeiro vai ser um contrato por escrito, nada de mãos dadas (...) por escrito e salário, tudo definido” (Nascimento, 2016, p.90).

Na investigação de Semedo (2012) os participantes mostram-se com esperança de conseguir ultrapassar a sua condição de vulnerabilidade atual, apesar do investigador considerar que a maior parte deles não possuiu uma estratégia para cumprir aquilo que ambiciona, além de já se encontrarem nesta situação há muitos anos. O investigador sugere

uma explicação para esta positividade, interpretando estes discursos otimistas mais como um desejo, do que uma real intenção de atuar no sentido de uma mudança. Alguns dos objetivos reportados são arranjar um trabalho, juntar algum dinheiro, estabilizar a vida, construir uma família e ter uma vida social dentro do que é normal. É também indicado por alguns entrevistados que o que lhes importa é “Viver um dia de cada vez, sem perspectiva de futuro” (Entrevistado 1, Semedo, 2012, p.45), indo de encontro à ênfase, já mencionada, de viver o presente.

Fernandes (2006) obteve alguns resultados concordantes com as perspectivas anteriores. No discurso dos participantes o passado é o tema mais referido, principalmente quando comparado com o que é mencionado relativo ao futuro, que é superficialmente explorado, já que os participantes revelam uma incapacidade de se desligarem do presente e, por isso, não possuem expectativas muito distintas do seu estado atual. Muitos dos inquiridos não sabem explicar como se imaginam no futuro e salientam que vai depender das circunstâncias, como por exemplo estabelecerem uma relação afetiva com alguém. A investigadora conclui que os sem-abrigo entrevistados não têm muitos projetos ou grandes objetivos por receio. Por essa razão, vivem uma rotina diária, justificada pela “incapacidade e impotência de superar um presente constrangedor” (Fernandes, 2006, p.139). Frequentemente o que acontece é que, por causa da acumulação de fracassos e insucessos, vão desaparecendo aspirações e expectativas em relação ao futuro (Pereira et al., 2000)

Quando as pessoas nesta situação se encontram numa instituição de alojamento temporário, de uma forma geral, um dos seus principais objetivos é sair dessa estrutura. Todos os participantes do estudo de Sousa e Almeida (2001) gostariam de mudar para uma habitação de caráter permanente. Aspetos como a ausência de laços com outras pessoas, não ter dinheiro e não ter onde ficar, impedem-nos e complicam a sua mudança. O desejo de maior privacidade é um dos referidos para justificar este objetivo. A maioria dos participantes da investigação de Pilar (2015) também têm como ambição sair da instituição, por desejarem mais privacidade e sossego. A única participante que não tem esse objetivo já se encontra no Albergue há oito anos, sendo um dos exemplos de acomodação institucional.

II. Método

1. Objetivo e questões de investigação

O presente estudo pretende explorar as trajetórias de vida de pessoas sem-casa, associadas à sua situação de sem-abrigo, assim como as suas perspetivas para o futuro.

Tendo em conta este objetivo foram formuladas as seguintes questões de investigação:

- a. Quais as razões que levaram estas pessoas a ficar numa situação de sem-abrigo?
- b. Que papel teve a instituição na sua trajetória de vida?
- c. Quais são os objetivos e planos para o futuro das pessoas nesta situação?

2. Desenho metodológico

Tendo em conta os objetivos da presente investigação, considerou-se que seria de extrema pertinência que esta tivesse por base uma abordagem qualitativa. Os estudos qualitativos pretendem analisar de uma forma o mais objetiva e neutra possível os estados subjetivos dos sujeitos participantes, sendo fulcral explorar como é que as pessoas percecionam as suas próprias vidas, experiências e situações particulares (Bogdan & Biklen, 1994). A abordagem qualitativa preocupa-se então em perceber os fenómenos e problemáticas a partir dos significados atribuídos pelos atores sociais envolvidos nas mesmas (Guerra, 2014) e são “particularmente justificadas (...) mormente quando estão em estudo problemas emergentes em populações escondidas” (Esteves, 1998, p.2).

Já que o que se pretendeu foi explorar a trajetória de cada participante, na sua perspetiva e sem esquecer o que este sente e sentiu relativamente ao “antes, agora e depois”, a metodologia qualitativa é a que mais se adequa. Como se partiu de uma caracterização geral dos participantes e, seguidamente, foram selecionados apenas alguns para uma entrevista semiestruturada, a abordagem classifica-se como qualitativa e sequencial.

3. Participantes

A amostra da presente investigação é intencional e por conveniência, tendo por isso um carácter não probabilístico e é constituída por 23 participantes do sexo masculino e com

idades compreendidas entre os 36 e os 65 anos ($M = 52,65$, $DP = 8,02$) e em que, quase a sua totalidade, é natural de Portugal ($n=22$).

Relativamente ao estado civil, a amostra é composta maioritariamente por solteiros ($n=11$) ou divorciados ($n=10$), havendo dois participantes ainda casados, mas separados. Em termos de habilitações literárias, oito participantes têm o 3ºciclo, seis o 2ºciclo, cinco o ensino secundário, existindo ainda dois que não sabem ler nem escrever e dois que sabem, mas não frequentaram o ensino básico. Apenas um participante que tem o 1ºciclo. Foram recolhidas mais informações sobre os 23 participantes (cf. Apêndice 1).

Seis destes participantes fizeram parte da amostra qualitativa. Os participantes da entrevista têm idades compreendidas entre os 47 e os 57 anos ($M = 52,17$, $DP = 4,31$), sendo todos de nacionalidade portuguesa. Relativamente ao estado civil, a amostra é composta por solteiros ($n=3$) e divorciados ($n=3$). Em termos de habilitações literárias, três participantes têm o 2ºciclo, dois o 3ºciclo e um o ensino secundário. Como critério de inclusão para as entrevistas semiestruturadas, definiu-se que os participantes teriam de ter passado por uma situação de sem-teto. Foram escolhidos alguns dos participantes que se mostraram mais interessados e disponíveis em participar na fase de recolha seguinte e cujas histórias pudessem possibilitar um maior entendimento dos significados a explorar e analisar, permitindo também o acesso a diferentes vivências, opiniões e reflexões. Houve uma recolha mais detalhada das características individuais de cada um destes seis participantes (cf. Apêndice 2).

4. Instrumentos

A recolha de dados foi realizada com recurso à aplicação de 23 questionários qualitativos, as fichas de anamnese, e à condução de 6 entrevistas semiestruturadas. A “Ficha de Anamnese” (cf. Apêndice 3) tinha como objetivo apreender a realidade de cada participante, pretendendo ir um pouco além das informações sociodemográficas mais básicas e tentando caracterizar a amostra da forma mais completa possível.

As entrevistas semiestruturadas são o instrumento de recolha de informação principal e que permitiu ir cada vez mais ao encontro dos objetivos da investigação, isto é, explorar o passado de cada participante relacionado com o início do seu período de maior vulnerabilidade, o período de mudança para a instituição e as suas perspetivas futuras.

Entendeu-se que as entrevistas deveriam ser semiestruturadas já que, apesar de se centrarem em determinadas questões relacionadas com o foco do estudo, permitem que o

entrevistador possa ir acrescentando tópicos com o fluir da entrevista, adaptando-se ao discurso do participante. Além disso, possibilitam que o entrevistado aprofunde as temáticas que forem para si mais pertinentes, moldando as respostas à sua realidade. Assim sendo, o entrevistado tem a possibilidade de “contar a sua história em termos pessoais, pelas suas próprias palavras” (Bogdan & Biklen, 1994, p.135).

O guião da entrevista semiestruturada (cf. Apêndice 4) teve por base dois instrumentos já utilizados na investigação de Manso (2016), havendo sido autorizada a sua adaptação ao presente estudo. Através dos instrumentos intitulados “Histórias da vida e do futuro” e “Entrevista biográfica”, construiu-se um guião único com questões abertas e alguns pontos de orientação, que abordavam as três temáticas centrais: o passado conducente a uma situação de maior vulnerabilidade, o momento do pedido de ajuda e mudanças subjacentes à entrada na instituição e, por fim, o futuro, os seus objetivos e o que necessitaria para a sua concretização.

5. Procedimentos

5.1. Procedimentos de recolha de dados

Anteriormente ao início da recolha, foi realizado um pedido de autorização a uma instituição de acolhimento temporário da cidade do Porto para pessoas em situação de sem-abrigo. O nome da instituição não é revelado por uma questão de garantir a máxima confidencialidade dos dados e anonimato dos participantes envolvidos.

A recolha de dados dividiu-se em dois momentos e, em ambos, foi realizada nas instalações da instituição, numa sala com um ambiente calmo, de confiança e propício à partilha.

Primeiramente realizaram-se as anamneses em que, inicialmente era facultada uma contextualização do estudo e dos seus objetivos, esclarecendo-se todas as questões colocadas, sendo assim feito o pedido de consentimento oralmente. Posteriormente, as questões iam sendo colocadas ao participante e era a investigadora a anotar as respostas, já que havia participantes que não sabiam ler nem escrever, sendo assim uma forma de uniformizar o método de recolha e de não gerar constrangimentos desnecessários. No final, questionava-se o participante sobre a sua motivação e possível intenção de participar na segunda e última fase de recolha de dados.

Depois de identificados os sujeitos que estavam disponíveis para a fase de entrevistas, alguns deles foram selecionados e contactados para marcação do segundo momento de recolha, marcação essa que foi realizada mediante a sua disponibilidade.

As entrevistas iniciavam-se após se relembrar os participantes do propósito da investigação e entregando-lhes o consentimento informado para posterior preenchimento (cf. Apêndice 5). Era evidenciando que a entrevista seria gravada, caso houvesse permissão para tal.

A duração média das entrevistas foi de 60 minutos. Aquando da recolha, também era sempre explicado que, como se poderiam explorar tópicos e episódios mais sensíveis, sempre que o participante se sentisse desconfortável, não quisesse responder, ou pretendesse abandonar a entrevista, não haveria qualquer problema, já que o essencial era a sua estabilidade emocional e bem-estar.

No final de cada uma delas, era evidenciado que haveria toda a disponibilidade para os ajudar caso sentissem alguma repercussão advinda do que foi partilhado, existindo também uma valorização da partilha e da participação de cada pessoa. Os participantes eram também informados sobre a possibilidade de terem acesso aos resultados da investigação, caso desejassem.

O término do contacto de mais participantes para o segundo e último momento de recolha ocorreu por saturação teórica, ou seja, começou-se a perceber que era muito baixa a probabilidade de aparecerem percepções e vivências diferentes e que a realização de mais entrevistas não iria melhorar a qualidade da informação obtida, nem levaria a uma melhor e mais detalhada compreensão dos temas a serem estudados (Gaskell, 2002).

5.2.Procedimentos de análise dos dados

Após a finalização do processo de recolha, a maioria dos dados das anamneses foram exportados para o *software* IBM SPSS Statistics 25, a fim de se realizarem análises descritivas simples para a caracterização mais profunda da amostra.

As entrevistas foram transcritas na sua totalidade, tendo havido uma preocupação com o detalhe em cada uma das transcrições. Procedeu-se também à revisão de possíveis erros e à eliminação dos dados que podiam pôr em causa o anonimato dos entrevistados (Flick, 1998). Seguidamente, as transcrições foram exportadas para o *software* NVivo 12 (QSR).

O método utilizado para a análise de dados foi a análise de conteúdo, sendo o *corpus* a analisar a transcrição de cada entrevista. Como unidade de registo entendeu-se que o tema

era a unidade mais adequada, com o objetivo de descobrir os núcleos de sentido que compõem os discursos recolhidos (Bardin, 2011).

O primeiro passo da análise foi a realização de uma leitura flutuante, a fim de uma maior familiarização com os dados e início do registo das primeiras impressões sobre estes e o seu significado (Bardin, 2011). Seguidamente, foram sendo criadas categorias segundo uma abordagem indutiva, já que foram formuladas mediante a informação que ia surgindo nos dados recolhidos, isto é, emergiram dos discursos obtidos (Bardin, 2011). Ao longo da criação de cada categoria foi realizada a definição operacional de cada uma, havendo especial cuidado para que existisse uma consistência em termos de significado dentro da mesma categoria e diferenças entre categorias distintas. Assim, existiu uma preocupação no processo de categorização, a fim de garantir a qualidade do sistema de categorias final, tendo em conta os princípios de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade, e produtividade (Bardin, 2011).

No final deste processo, o sistema de categorias ficou composto por 95 categorias e grelha de categorias final (cf. Apêndice 6) e a sua definição operacional (cf. Apêndice 7) foi objeto de análise de outros investigadores, a fim de uma maior validade da investigação.

III. Resultados

A quarta secção desta dissertação de mestrado tem como objetivo a apresentação dos resultados obtidos e seguirá a ordem das questões de investigação previamente mencionadas. É importante destacar que irão ser apresentados os principais resultados e aqueles que se percebe como os mais importantes para a exploração dos objetivos da investigação. É dado um grande enfoque ao discurso dos participantes, utilizando exemplos das entrevistas, já que se considera fazer todo o sentido serem os próprios a contar a sua história através da escrita da investigadora.

1. Quais as razões que levaram estas pessoas a ficar numa situação sem-abrigo?

“Eu pensava assim ‘deixa andar, se amanhã acordar acordei, se também não acordar também não faz mal’” (P1)

No que diz respeito ao seu passado, todos os participantes revelam que não foi um período fácil, caracterizando-o como uma altura de grandes dificuldades e adversidades (*“já passei pelo inferno”* P2). Na maioria dos casos, o passado mais recente é percebido como um retrocesso relativamente ao que já haviam conseguido (*“eu antigamente dei dois passos para trás”* P1).

1.1. Razões conducentes à situação de sem-abrigo

Em relação às razões que os conduziram a uma situação de extrema vulnerabilidade é importante referir que em nenhum caso se tratou de uma razão única, mas sim de uma combinação de várias vivências que os prejudicaram de alguma forma. É, portanto, uma trajetória com várias circunstâncias adversas que se influenciaram mutuamente, aumentando as fragilidades de cada entrevistado.

A razão mais referida prende-se com os problemas relacionais (n=6), havendo cinco participantes que referem os problemas familiares, particularmente o falecimento dos pais (n=3) (*“Eu fui-me muito abaixo, que eu era muito ligado à minha mãe, a minha mãe era o meu pilar”* P6) e quatro que referem os problemas conjugais, como por exemplo o divórcio (*“vulnerável será a partir do momento que uma pessoa não está estável... então desde o meu divórcio”* P5). Os dois participantes que o mencionaram, indicam que foi este o

principal acontecimento que marcou uma mudança na sua trajetória, até aí próxima da normativa (“*eu trouxe a roupa que tinha no corpo*” P1).

O P3 menciona como problema conjugal o facto de ter sido vítima de violência doméstica (“*ao ponto de ter uma faca encostada ao pescoço às quatro e tal da manhã por duas ou três vezes*” P3), evidenciando que sofreu muito, mas que considera que o mereceu, de certa forma (“*estava escrito, estava escrito que eu tinha de passar aquela fase... porque eu tinha tudo e troquei tudo pelo nada*” P3), já que tinha saído de casa uns tempos antes, sem razão aparente. Nessa altura, deixou a mulher e o filho (“*não consegui explicar o porquê de eu ter sido tão cruel, tão frio, tão... irracional naquele em dia em que nem pelo meu filho estar agarrado às minhas pernas para não ir embora, eu mudei de ideias*” P3) e juntou-se a outra mulher, passado algum tempo, que veio a tornar-se a razão principal da sua mudança para a rua, pela sua conduta violenta.

Ainda inserido nos problemas conjugais, o P2 menciona que ter sido abandonado pelo seu companheiro, na mesma altura em que os seus pais faleceram, foi muito complicado para si, fazendo-o desviar-se do caminho que havia traçado e da vida estável que levava (“*a minha verdadeira paixão arranjou um gajo e foi para Lisboa... isso também não veio ajudar*” P2).

A maior parte dos participantes enfatiza que todos os problemas relacionais tiveram como consequência um grande sentimento de solidão (“*eu estava sozinho, completamente sozinho*” P6; “*durante os 11 anos que tive casado, a minha família era a família da minha ex-mulher (...) automaticamente uma pessoa cria aí uma esfera familiar e, com o divórcio, essa esfera fugiu...*” P5), o que, em alguns casos, os levou a iniciar ou intensificar alguns comportamentos aditivos que, ao longo do tempo, se tornaram cada vez mais frequentes e prejudiciais. Surge então outra razão para as suas trajetórias enquanto sem-abrigo: os comportamentos aditivos, nomeadamente, o consumo de álcool (n=4), drogas (n=2) e dependência relacionada com o jogo (n=1).

Apesar de serem cinco participantes a referir os consumos ligados a esta situação de vulnerabilidade, apenas quatro deles os percecionam como dependências que levaram, ou ajudaram, a que a sua situação ficasse ainda mais complicada (“*eu ia para a cama com um pacote de vinho e o meu pequeno almoço era um pacote de vinho que estava na mesinha de cabeceira*” P2).

O P4 refere ter vivido desde sempre num ambiente de droga, tendo enveredado pelo tráfico e consumo de substâncias ilícitas (“*perdi-me em consumos, consumia 24 por dia, atrás de 24 horas, eu tinha dias e dias seguidos... nem tinha de sair de casa, que a droga*” P4).

vinha-me ter a casa, e eu vendia e nem tinha de sair...” P4) e, por causa disso, conta ter sido preso por duas vezes (*“caí lá dentro e aquilo foram imensos anos (...) passados esses dois anos e tal fui parar lá outra vez”*; *“derrotou-me, psicologicamente derrotou-me”* P4), ficando numa situação muito vulnerável aquando da sua libertação. Acresce ainda o facto de não haver qualquer tipo de suporte familiar (*“a minha família zangou-se toda comigo... envergonhados sei lá”*; *“não tinha o apoio deles”* P4).

Também são referidas razões como a instabilidade financeira (n=4), desemprego (n=2) e desalojamento (n=2), mencionadas como resultados de outros acontecimentos, isto é, não são tão referidas como desencandadores, mas sim como parte da consequência.

A instabilidade financeira é referida por muitos participantes como consequência da vida desequilibrada que levavam (*“Eu quando conheci a minha ex mulher, pode ser pouco, mas eu tinha 14 mil euros na minha conta, sem mexer neles... em três anos foram esses 14 mil euros à vida”* P1). No que se refere ao desemprego, um dos participantes (P1) indica que deixou o emprego por causa de se ter divorciado e de, por causa disso, ter tido de mudar para a rua. O P5 revela que foi por más condições de trabalho, particularmente atrasos e até ausências de pagamento de salário. Seguidamente, o desalojamento surge como resultado da perda de poder financeiro e ausência de uma rede de suporte e assume-se como a chegada a um ponto extremo de vulnerabilidade (*“até que um dia me foram bater à porta com uma ordem de despejo e... rua”* P2), resultando na passagem de uma vida já instável para uma vida sem um sítio fixo para viver, como a rua.

Alguns participantes sentem que foram responsáveis no que de pior aconteceu na sua trajetória da sua vida, isto é, sentem-se arrependidos e, se pudessem voltar atrás, teriam feito algumas mudanças (*“agora aquilo que eu fiz, isso sim mexe comigo, deixa-me mal”* P3; *“eu se pudesse voltar atrás não tinha feito metade daquilo que fiz”* P6). Surgem então nos seus discursos sentimentos como revolta, arrependimento e culpa, algo que ainda os acompanha atualmente. O P2 apesar de indicar que gostava que as coisas tivessem sido diferentes e que teve responsabilidade no desviar da sua trajetória, sente que não tinha maturidade para agir de forma diferente, arrependendo-se principalmente de não ter pedido ajuda mais cedo.

Um dos participantes (P4) evidencia que não atribui a maior parte da responsabilidade à sua conduta, mas às circunstâncias da sua vida, isto é, circunstâncias externas que não ajudaram a que perspetivasse outras e melhores saídas (*“eu não encontrava outra saída que não o consumo, ainda tentei várias vezes sair do consumo e do tráfico”* P4). Explica que a dependência da droga chegou a um tal ponto em que não conseguia aguentar se não consumisse, por não conseguir lidar com a síndrome de abstinência (*“não imagina o*

que é ressacar de heroína, a gente faz coisas que nem lembra ao diabo” P4), o que o levava a cometer infrações (“roubei uma tia minha, mas roubei-a num ato de necessidade” P4). Realça que traficou sempre porque precisava e que a sua permanência no mundo da droga se tornou num ciclo sem fim, nunca havendo maldade nos seus atos (“eu nunca tive maldade, nunca quis fazer mal a ninguém” P4).

Apenas o P5 não se arrepende de nada, mas também não atribui a responsabilidade das adversidades que foram acontecendo a fatores externos (“Não, nem sinto culpa nem culpo ninguém... que é completamente diferente ‘ahhh foi por causa de...’ não, não voltava nada atras nem coisa que se pareça...” P5).

1.2. Período de vida antes da entrada na instituição

“foi uma experiência que não desejo a ninguém” (P1)

No tópico anterior foram descritas as razões conducentes à situação sem-abrigo referidas pelos entrevistados. Neste serão apresentadas as principais adversidades que os participantes mencionaram relativas ao período em que não tiveram um sítio fixo onde viver, tendo sido num banco do jardim, numa garagem, em quartos de pensões e residenciais...

A palavra característica deste período é instabilidade. Irá ser feita uma descrição especial do discurso do P4 relativamente ao seu período de reclusão, já que apesar de ter tido sítio onde viver, não o possuiu quando saiu prisão e, além disso, considerou-se que os anos passados na cadeia marcaram a sua trajetória.

Contrariamente aos restantes participantes, que apenas enumeram dificuldades neste período de instabilidade, o P3 menciona um ponto positivo da vida na rua já que, como era vítima de violência doméstica, sentiu-se mais seguro e mais sossegado (“A partir daí estive a viver na rua (...) mas foram os dias mais sossegados da minha vida” P3).

Pelo contrário, foram enumerados vários obstáculos e fontes de inquietação como: viver sem dinheiro suficiente (n=5), instabilidade no sítio onde pernoitar (n=5), ter fome (n=2) e ter pelo menos uma ideação suicida (n=2). Não foi fácil para os entrevistados contarem o que sentiram e o que tiveram de passar durante este período de maior fragilidade.

Todos os participantes revelam que durante o período mais intensivo de situação de exclusão não tinham dinheiro suficiente para manter um quarto ou para tentar alterar a sua situação (“foi-se o dinheiro todo” P2; “não conseguia pagar o quarto” P5), levando-os a uma situação de incerteza relativamente ao sítio onde viver a cada dia. Todos revelam que não tinham um local seguro e com condições para habitar de forma permanente, tendo todos

eles vivido na rua e saltitado de lugar em lugar (*“Fiquei lá no café, no armazém que eles tinham, tinha lá uma cama e eu dormia lá. Ajudava lá no café, só que ela passou o café, teve de vender e eu tive de ir dormir na rua.”* P1; *“não é muito bonito um rapaz como eu, um senhor, que já teve tudo na vida e mais alguma coisa, dormir num banco de jardim”* P5; *“entretanto fui tomar conta de uma senhora, depois ela piorou, cheguei lá a uma sexta feira e fiquei na rua... outra vez”* P2).

Há também dois participantes (P1 e P2) que contam ter passado fome durante esta fase negra da sua vida (*“às vezes queria comer e não tinha”* P1). Estes dois entrevistados revelam também ter pensado no suicídio. O P2 encontrou nos seus animais de estimação a companhia que precisava para colmatar a solidão que sentia (*“eu e duas cadelas a Rica e a Preta e se não fossem elas tinham-me suicidado”* P2). A vida na rua fez com que o P1 se sentisse muito desmotivado e sem valor (*“Foi isso que me levou muitas vezes à ponte... Eu às vezes eram 3 da manhã e andava a vaguear pela rua e a pensar ‘o que é que eu ando aqui a fazer’, uma pessoa sente-se inútil”* (P1) e, apesar de ter chegado mais do que uma vez a ir até à Ponte D. Luís ou à Estação de Campanhã com o propósito de pôr termo à vida (*“E a cabeça era assim ‘vai’”* P1), nunca levou essa ideia a cabo por ter descoberto uma réstia de força para mudar o seu rumo (*“eu tenho de mostrar a muita gente aquilo que valho”* P1).

O P4 viveu na rua antes de ter sido preso, mas não explorou muito este período, já que foi algo que aconteceu há bastante tempo, ao contrário dos outros participantes. Referiu que estar preso foi uma experiência que não lhe fez bem, apesar de lhe ter sido assegurado o mínimo para a sua subsistência (*“eu nunca passei por nada insuportável na cadeia, eu o essencial tinha”* P4). Menciona também que tinha lá alguns amigos, o que melhorou a sua experiência já que, apesar de não ter muito dinheiro e possibilidades, estes o ajudavam no que podiam (*“não tinha possibilidades, mas aquele que tinha era meu amigo e pagava-me o café, não tinha cigarros mas tinha um amigo que me dava dois ou três cigarros para me desenrascar”* P4). Explica que até na cadeia traficou para conseguir algo em troca (*“mas lá dentro também fui malandro, também fiz as mesmas coisas que cá fora, quando foi necessário também fiz, claro, vendi drogas também... e lá nunca me lixei, apanharam-me, mas não me conseguiram lixar”* P4), apesar de não explorar muito os aspetos em que beneficiava. Quando saiu, para não ficar novamente na rua, conseguiu ser encaminhado para esta instituição.

2. Que papel teve a instituição na sua trajetória de vida?

“Há quem queira ganhar o euro milhões, eu ganhei-o aqui...” (P5)

2.1. Entrada, primeiras impressões e sensações

Os participantes revelam que há um momento da sua vida em que percebem que precisam de ajuda, sendo aí iniciado um caminho em direção ao empoderamento e mudança (*“entretanto eu comecei a pensar que aquilo não era vida” P2; “eu decidi pedir ajuda” P1*).

Um dos participantes (P5) veio diretamente para a instituição aquando da sua saída do Estabelecimento Prisional, em 2012. Os restantes participantes foram encaminhados por outras instituições, dois pela Segurança Social e os restantes pela CARITAS, RLIS Fios e Desafios e pela Porta Amiga de Gaia (AMI) entre 2017 e 2018.

A maioria dos participantes identificam a entrada na instituição como um momento de mudança, sendo o P6 o mais reservado quanto a esta questão, por revelar que a alteração no seu comportamento já tinha começado antes da entrada nesta estrutura (*“Eu já vinha automaticamente diferente, sozinho...” P6*). Os restantes participantes, independentemente do grau de profundidade com que abordam a sua entrada, percecionam-na como um novo começo (*“Mudou em tudo, em tudo... Eu ter vindo para aqui (...) no fundo foi uma porta que se abriu” P3*), sendo visível a comoção e o tremer na voz particularmente no P5: *“Para mim há quem queira.... quem queira espere só um bocadinho... [Temos tempo, tenha calma...] Há quem queira ganhar o euro milhões, eu ganhei-o aqui... e gostei e gosto”*.

O P1 descreve a sua entrada e o que sentiu da seguinte forma:

“Como me senti? Primeiro senti um alívio grande. Lembro-me de pensar ‘pelo menos na rua já não dormes... e tens banhinho’ que era o que eu queria. Quando entrei aqui dentro, fui, e tive na banheira para aí uma hora com a água a correr, a pensar na vida e a pensar que mal tinha feito a Deus para levar com a cruz que trouxe às costas...”

Também é referido pelo P4 que teve de existir uma adaptação que, no seu caso, não foi particularmente fácil:

“Eu tive que fazer uma adaptação eu... não lhe vou dizer que foi fácil. Eu cheguei aqui... eu sentia-me isolado, não tinha nada... não tinha dinheiro, não tinha subsídio de reinserção, não tinha nada... vim da cadeia, eu não tinha apoio familiar, o trabalho lá dentro também não nos dá dinheiro que não se possa gastar lá dentro e que não seja necessário gastá-lo...”

2.2. Pontos positivos e de crescimento

Todos os participantes referem vários pontos positivos em relação à instituição e às mudanças que vivenciaram nesta estrutura, pelo crescimento pessoal associado, havendo notoriamente um sentimento de gratidão unânime entre os participantes e verbalizado por todos eles (*“estou aqui e agradeço muito”* P6).

O apoio é o ponto mais referido pelos entrevistados (n=6), sendo também referidos outros pontos como a ocupação (n=4), o ambiente relacional (n=4), a exigência (n=3) e a comodidade (n=2).

Relativamente ao apoio, os participantes destacam vários domínios: recomeçar (n=6), bem-estar (n=3), segurança psicoemocional (n=3) e projetar o futuro (n=3). O apoio que destacam é o da equipa técnica (*“uma pessoa se precisar de desabafar, as Doutoradas percebem e falam connosco”* P2), apesar de também ser referido, pontualmente, apoio por parte dos colegas.

Ao terem, na instituição, uma oportunidade de recomeçar, os participantes referem sentir que o suporte que lhes é prestado tem como consequência o sentirem-se mais preparados e motivados para mudar a sua trajetória (*“Deu-me um novo alento para querer mudar a minha vida”* P1). Sentindo-se mais apoiados, os participantes sentem-se melhor (*“Sentir-me bem tanto psicologicamente como fisicamente”* P3), principalmente consigo próprios (*“[o que é que o apoio lhe tem permitido?] mais autoestima e ... sei lá, sentir-me bem”* P5). Em relação à segurança psicoemocional (*“isto é uma segurança para mim”* P6), referida por três entrevistados, estes explicam que a esta estrutura é um porto seguro que lhes proporciona a estabilidade necessária para não caírem nos mesmos erros (*“se me tirarem o tapete eu se calhar vou-me perder... ou a estabilidade que tenho hoje, eu perco-a”* P3; *“porque eu tenho... não é medo, mas acho que é muito recente para eu andar à vontade (...)[antes] fazia-me confusão passar no meio dos turistas e eles a beber, fazia-me confusão, preferia ficar aqui”* P6). O apoio na projeção do futuro também é indicado por alguns participantes como uma consequência de todos os pontos de apoio descritos anteriormente, já que, ao terem um maior suporte e ao sentirem-se melhor, conseguem planear de uma forma mais eficaz o seu futuro (*“aqui ajudaram-me a planear o futuro”* P1; *“é bom para uma pessoa traçar uma linha”* P6)

O ambiente relacional é outro dos pontos positivos referidos (*“Eu às vezes sem ter de falar com as pessoas como me sinto, sinto que estou em casa”* P3), sendo evidenciado pelos participantes que tanto a equipa técnica como os vigilantes são *“pessoas porreiras”* (P1). Apesar do bom ambiente ser mencionado por quatro participantes, apenas dois

entrevistados mencionam os colegas como parte desse ponto positivo (“*tenho aqui amigos*” P1; “*se estamos mais em baixo podemos sempre vir para aqui, porque há sempre um que nos faz rir, um que faz uma palhaçada*” P2).

A ocupação é referida ou em forma de emprego (n=3) ou relacionada com outras atividades (n=2), como formação profissional ou atividades na instituição. Em todos os casos, a instituição foi o meio que os ajudou a arranjar ocupação (“*Foi aqui que me arranjaram trabalho*” P4; “*Estou a gostar porque arranjaram-me para ir fazer um curso e estou a gostar do curso que estou a fazer*” P1). Dentro da subcategoria “trabalho”, enfatizam dois aspetos positivos, o salário (n=3) e o sentimento de utilidade (n=2). O salário é referido porque os ajuda, pouco a pouco, a juntar dinheiro (“*que eu não tinha nada e consegui juntar algum dinheiro*” P1) e, ao estarem ocupados, sentem-se mais úteis e distraídos de preocupações (“*tem outra perspetiva (...) é uma maneira de eu me considerar mais útil...*” P5).

A exigência é referida como um ponto positivo porque os leva a ter mais compromisso e responsabilidade, além de os ajudar a cumprir normas (“*porque as Doutoradas tem um grau de exigência muito grande (...) elas acabam por ter razão e depois a gente entende*” P2; “*as normas também, o facto de eu saber que não posso beber*” P6).

A comodidade das instalações da instituição também é mencionada, já que a estrutura onde habitam tem condições melhores do que aquelas que estavam habituados, o que também facilita a que a sua experiência seja mais agradável (“*aqui tenho um quarto*”; “*tenho n conforto*” P4).

2.3. Pontos negativos

Apesar de em menor número, também são identificados alguns pontos negativos em relação à instituição e às repercussões que estes têm nos próprios participantes (“*há muita coisa que me faz mal aqui dentro*” P6). É importante mencionar que alguns dos pontos positivos anteriormente referidos são, segundo outra perspetiva, identificados como negativos.

O emprego é referido como algo negativo por quatro participantes, por causa de algumas dificuldades e injustiças que sentem no trabalho e, também, por dificuldades que são sentidas em arranjar emprego. É mencionado, por exemplo, o baixo salário (“*com o ordenando que ganho pouco mais posso fazer*” P4), o horário laboral demasiado pesado (“*neste momento eu praticamente não tenho vida*” P5) e pontuais confusões com os patrões (“*e eu disse ‘a Doutora tem de perceber que eu também sou pessoa, eu sou gente, também*

me corre sangue nas veias, não tolero que me digam tudo...” P4). Relativamente às dificuldades em arranjar emprego, dois participantes evidenciam que a idade avançada e a escassez de oferta não facilitam o processo.

Os colegas, anteriormente apontados com um ponto positivo por dois entrevistados, são aqui referidos por três participantes como um algo negativo (*“Estamos a viver com x pessoas, não somos todos iguais, correto?”* P5). Os participantes justificam a sua opinião baseando-se em três razões: acomodação, confusões e ingratidão/serem muito críticos. A acomodação de alguns colegas é percebida negativamente por estes participantes por, na sua opinião, estes não se esforçarem por conseguir ter condições para sair da estrutura de apoio (*“certas pessoas que se acomodam, eu aqui não me ia acomodar, porque isto é bom, mas é mesmo um abrigo... temporário”* P6). As confusões que acontecem entre colegas também é considerado negativo (*“Não gosto é das discussões aqui dentro”; “é sempre ao domingo que há as confusões e às vezes começa por coisinhas de nada”* P1) e a verbalização de comentários críticos em relação a tudo o que é proporcionado na instituição é uma fonte de indignação por parte dos entrevistados (*“muita gente que habita aqui nesta residência de vez em quando dão "aiiiii, não há isto, não há aquilo..." "ai não temos aquilo..." quando deviam de dizer assim “não, eu tenho onde ficar, tenho onde dormir” e está tudo bem”* P5; *“Às vezes há quem não dê valor às coisas”* P1).

A exigência, apontada por alguns como um ponto positivo, também é mencionada como um negativa por, em algumas situações, ser em demasia (*“dão-nos cabo da cabeça (...) muita gente se irrita e ‘a doutora isto e a doutora aquilo’”* P2), havendo um participante (P2) que conta saber de casos de saídas da instituição por causa desta inflexibilidade, apesar de também revelar que, nestes casos, as pessoas acabam por se arrepender (*“já vi gente a ir embora porque não estava para as aturar e depois arrependem-se...”* P2).

3. Quais são os objetivos e planos para o futuro das pessoas nesta situação?

“o meu filho disse-me assim ‘ó pai, vais recomeçar aos 53 anos?’ e eu ‘olha mais vale recomeçar do que acabar’” (P5)

3.1. Objetivos para o futuro

Quando questionados relativamente aos seus objetivos para o futuro, os participantes demonstraram-se pensativos e, na sua maioria, realistas (*“tenho objetivos, mas são exequíveis, são para atingir, estar a criar ilusões... isto não é Hollywood, lamento”* P2).

Há dois participantes que inicialmente afirmam não ter objetivos (*“se vier é uma conquista, assim não tenho nada definido”* P1; *“Objetivos? Sinceramente não”* P5), mas que ao longo do discurso vão identificando alguns.

Os mais referidos estão relacionados com: relacionamentos (n=6), alojamento (n=6), ter ou manter uma ocupação (n=6), sair da instituição (n=6), fazer uma viagem (n=3), ter saúde (n=3), não cair nos erros do passado (n=3), possuir certos bens materiais (n=3) e ser feliz (n=3). Ter estabilidade financeira é apenas mencionado por um entrevistado (*“estar confortável financeiramente”* P6).

Inseridos nos relacionamentos, surgem objetivos diferentes, já que cinco participantes mencionam o objetivo de ter uma relação amorosa (*“era só dessa pessoa que eu precisava, mais nada”* P2), quatro referem objetivos mais ligados à família, como ter filhos (*“imagino-me com filhos”* P6), netos (*“gostava de ter netos”* P5) e a uma aproximação a familiares (*“ter o meu filho aos fins de semana em minha casa”* P3; *“visitar a minha irmã na Alemanha, a minha irmã na Suíça, o meu irmão na Alemanha”* P4). Há também três participantes que referem objetivos relacionados com as relações de amizade, principalmente com manter os amigos atuais (*“manter aqui os meus amigos”* P1).

Relativamente ao alojamento são indicados dois motivos essenciais para quererem arranjar uma casa (*“ter o meu espaço, onde eu possa dizer eu estou aqui, isto é meu, ganhei-o com o meu suor, é meu”* P1): a privacidade (n=5) e a independência (n=4). A privacidade surge no discurso de muitos participantes pelo seu desejo de ter *“o [seu] canto”* (P2, P3) e ter a sua casa organizada como gostam, com a *“a [sua] televisão”* (P4) onde *“não há ninguém a chate[á-los]”* (P6). A independência é referida principalmente por, tendo o seu espaço, poderem controlar os seus horários (*“sair de casa para o trabalho quando me apetecesse”* P4) e a sua alimentação (*“a alimentação uma pessoa come o que quer”* P6).

No que diz respeito à ocupação, este é um objetivo de todos os entrevistados e estes revelam que além de ter o tempo ocupado, o que não os deixa pensar no passado ou em situações que os angustiem (*“a mente não pensa nas coisas lá de trás”* P4), a perspetiva de atingirem alguma independência financeira (*“ter o meu sustento”* P1) agrada-os (*“o objetivo é uma pessoa acordar todos os dias e saber que tem trabalho”* P1).

Sair da instituição também é um objetivo unânime (“*Sair o mais breve possível*” P3) na maior parte dos casos, não por não gostarem de estar na instituição, mas porque ambicionam recomeçar a sua vida (“*o sair não é por ... é para recomeçar*” P5).

Relativamente ao objetivo de viajar, os participantes que o referem já têm destinos pensados e, em todos os casos, é um plano que, ao não se ter cumprido no passado, passou a ser uma meta para quando a sua vida estiver mais estável (“*A Veneza eu gostava de ir a Veneza porque era o que a minha falecida mãe queria (...) e eu dizia-lhe ‘deixa que eu qualquer dia vou-te levar a Veneza’, mas não a consegui levar, mas eu hei de ir...*” P1).

Não cair nos erros do passado (“*não cair outra vez no problema do álcool*” P2) e possuir alguns bens materiais como “*uma boa mota*” (P6) ou “*um carro*” (P1) também são referidos. Para assegurar que se sentem bem para conseguir concretizar estes objetivos, alguns participantes mencionam que desejam ter saúde (“*eu só quero é saúde*” P4). Referem também o objetivo de ser feliz (“*eu só quero ser feliz não é pedir muito ou é?*” P1), sendo que a felicidade para cada participante tem uma conotação diferente.

3.2. Condições para a mudança

Questionados sobre as condições que poderiam facilitar a concretização dos objetivos mencionados acima, os participantes enunciam alguns pressupostos com os quais seria mais fácil atingir os seus objetivos (“*eu ponho é determinados pressupostos que eu acho que devo ter reunidos*” P2). Todos eles se centraram principalmente nas condições que deveriam assegurar para sair da instituição, por considerarem a sua saída como o principal passo para a mudança. As condições enumeradas foram: trabalho (n=4), sítio onde ficar (n=4), dinheiro (n=3), estrutura emocional (n=3) e ter objetivos definidos (n=2).

O terem um sítio onde ficar é uma das condições mais referidas pelos entrevistados, por o considerarem básico para a sua manutenção fora da instituição. Inserido neste tópico evidenciam que “*tem de ter uma renda acessível*” (P4) e que “*reúna certas condições*” (P2).

Relativamente ao trabalho, é essencial para os participantes que este seja estável e, para dois deles, é necessário existir um contrato (“*trabalho certo, com contrato e isso*” P2), mesmo para o P5 que já está a trabalhar, conseguir que a sua situação se regularize e contratualize é essencial.

O dinheiro surge muitas vezes associado ao trabalho e vice-versa (“*se tiver trabalho tem dinheiro, se tiver dinheiro tem trabalho e é um ciclo*” P1). Além disso, os participantes que o referem evidenciam o “*saber gerir o dinheiro*” (P6), conseguir “*um pé de meia que*

[os] salvasse pelo menos meio ano” (P2), já que “se sair[em] sem dinheiro [vão] para onde?” (P1).

Apesar de existir um participante (P5) que se sente em condições de sair da instituição, por já se sentir com estrutura emocional para tal, há três participantes que ainda revelam fragilidades neste domínio (“*Eu podia perfeitamente sair daqui, agora ainda não tenho a estrutura para fazer isso*” P2). Para a manutenção de uma vida estável, com vista a alcançarem os seus objetivos, referem também que estarem psicologicamente equilibrados é essencial (“*vou ter de ser uma pessoa equilibrada, responsável*” P6). Ter objetivos definidos também é um pressuposto mencionado (“*penso que uma pessoa tem que ter cabeça e ter objetivos definidos*” P1), apesar de ser um dos que gera alguma discórdia e alteração de opinião ao longo do discurso. Por exemplo, o P1 enumera-o como uma condição, mas mais adiante afirma que o melhor é viver cada dia sem pensar (“*é melhor não pensar e deixar correr*” P1).

3.3. Reflexões acerca do futuro

Ao longo da entrevista, os participantes foram refletindo sobre o futuro, surgindo quatro temáticas principais: ponderação (n=4), concretização dos objetivos (n=4), não ter futuro (n=2) e imprevisibilidade (n=2).

Relativamente à ponderação, os participantes refletem sobre a importância de ir vivendo com calma e sem grandes ambições, aproveitando cada minuto: “*agora tenho de andar como a formiga, ou como a tartaruga, passinhos pequeninhos*” (P1), “*mas não preciso de estar a subir as escadas todas de uma vez*” (P5). Justificam esta necessidade de serem ponderados com o medo que têm de se sentirem frustrados novamente (“*eu penso se tivesse um calendário e pusesse vou ter isto e isto, chegava lá e não tinha e dizia assim ‘fogo porque é que eu escrevi aquilo, não consegui nada, não tenho nada’*” (P1).

Questionados sobre como se vão sentir quando conseguirem concretizar o que ambicionam, as reflexões que fazem em relação a este ponto são muito positivas e produzem um olhar de esperança: “*Vou-me sentir orgulhoso quando conseguir isso*” (P1); “*Bem, bem e feliz, ao pé do meu filho. Nesse dia vou estar muito feliz*” (P3).

Surgem também reflexões sobre a imprevisibilidade do futuro, isto porque “*o dia de amanhã é muito subjetivo, tanto pode ser agradável e pode ser muito ingrato*” (P2). Há participantes que manifestam algum desânimo, pela sua idade ou estado de saúde, afirmando que já não têm futuro (“*acho que o futuro que devia ter pensado, já devia ter pensado antes*”).

(...) assim ter um objetivo, querer, já tive, esses objetivos já os tive e não os aproveitei, portanto...” P5).

IV. Discussão

Neste ponto do trabalho pretende-se discutir os resultados obtidos, interligando-os com a literatura existente e refletindo de forma pensada e ponderada acerca do que foi encontrado. Tanto os resultados como a discussão estão orientados de forma a ir ao encontro do propósito da presente investigação: explorar as trajetórias de vida de pessoas sem-casa, associadas à sua situação de sem-abrigo, assim como as suas perspetivas para o futuro.

Relativamente à primeira questão de investigação, os dados recolhidos vão maioritariamente de encontro à revisão da literatura previamente apresentada. É constatado que a exclusão social é um processo descendente, semelhante a um plano inclinado (Castel, 1999), já que a vida dos participantes se foi complicando progressivamente, havendo ruturas sucessivas que se influenciaram mutuamente.

Poder-se-ia pensar que apenas pessoas com trajetórias já complicadas à partida, isto é, mais vulneráveis a situações adversas e de risco, poderiam passar por uma situação de sem-abrigo, porém a conceção de que pessoas com trajetórias ditas normativas também podem vir a encontrar-se nesta situação, facto já argumentado por Gomes e Guadalupe (2011), veio contrariar esta ideia pré-concebida. Nos discursos dos participantes é possível perceber que alguns tinham uma vida estável, contudo, por várias causas e acontecimentos adversos, houve um desvio relativamente ao que haviam traçado (“*A minha vida antes era um mar de rosas. Estava bem na vida, tinha tudo...*” P1).

Apesar do foco da investigação não ser a análise mais profunda do passado longínquo dos participantes, como por exemplo a sua infância e juventude, muitos deles abordaram esse assunto, revelando que não tiveram vidas particularmente fáceis, mas nada comparado ao período mais intensivo de exclusão. Esta ideia, como já referido, desmistifica então a conceção de que só indivíduos mais vulneráveis a situações de risco se podem vir a tornar pessoas em condição de sem-abrigo, já que por vezes há acontecimentos adversos que acabam por destabilizar radicalmente as suas trajetórias (Gomes & Guadalupe, 2011). Na verdade, todas as pessoas podem vir a tornar-se vulneráveis e vítimas da exclusão social, principalmente se a sua rede de suporte social for frágil.

Apesar de se conseguir identificar um momento marcante e que desencadeou a mudança descendente na trajetória de vida dos participantes, a exclusão de que foram e são vítimas não deixa de ser um processo de vulnerabilidade crescente e com uma interação de fatores adversos (Costa, 1998). É evidente que, apesar de se conseguir encontrar razões

idênticas entre os entrevistados para a sua situação vulnerável, cada trajetória tem as suas nuances e interações diferentes entre causas. Este último dado é concordante com as perspectivas de Costa (1998), Pereira e colaboradores (2000) e Silva (2007) pela sua defesa das pessoas em situação de sem-abrigo como um grupo heterogéneo.

As razões conducentes a uma situação de sem-abrigo apontadas nas entrevistas vieram confirmar aquilo que já tinha sido apontado na literatura, com algumas particularidades. Os problemas relacionais, tanto ruturas familiares (e.g. falecimento dos pais) como afetivas/conjugais (e.g. divórcio), foram os mais referidos, havendo um enfraquecimento dos laços sociais e um conseqüente declínio de proximidade com o(s) membro(s) da sua “rede de suporte”, rede essa que passou a ser quase inexistente (Nascimento, 2016; Paugam, 2003; Wolch et al., 1988). A falta de apoio social que estes participantes sentiram e sentem, vai de encontro ao defendido por Sullivan e colaboradores (2000). Tal como foi referido pelos sujeitos, estas ruturas em vários relacionamentos, amorosos ou não, conduzem a uma fragilidade nas relações de vinculação e laços afetivos e, conseqüentemente, a um profundo isolamento (Nascimento, 2016).

Os comportamentos aditivos também foram bastante referidos pelos entrevistados, facto já esperado tendo em conta a literatura (Costa, 1998; Sullivan et al., 2000), tendo sido o álcool a substância mais referida. Além disso, é interessante perceber que nos discursos dos participantes que referem ter tido comportamentos aditivos, exceto no P4, este refúgio no álcool, drogas ou jogo pode ser interpretado mais como uma conseqüência de outras ruturas, do que como uma causa em si mesma.

A degradação do mercado de trabalho e multiplicação de empregos instáveis e precários (Paugam, 2003) ajudou a que dois participantes tivessem a sua situação económica muito mais complicada. O desemprego foi então outra das razões apontadas, indo de encontro à literatura (Costa, 1998; Nascimento, 2016). Apesar disso, na verdade não é dada assim tanta ênfase à falta de emprego quando o assunto é o passado, sendo completamente diferente quando se aborda o futuro. O estar numa situação de desemprego assume-se como mais uma rutura na sua trajetória, agora de natureza profissional, levando a um maior isolamento nas suas vidas (Fernandes, 2005).

Um dos grandes problemas de estar desempregado revela-se ao não ter um salário, o que gera uma crescente instabilidade financeira, podendo conduzir as pessoas a uma condição de pobreza extrema (Costa, 1998; Leão, 2014; Sullivan et al., 2000). Além disso, ao não ter salário e/ou dinheiro suficiente para manter um sítio onde habitar, alguns participantes foram desalojados, ficando numa situação muito vulnerável e fazendo com que

tivessem de viver na rua em algum momento. O desalojamento resulta de uma situação habitacional precária (Costa, 1998) e é importante salientar que, apesar de só dois participantes o mencionarem como uma razão para a sua conseqüente situação de exclusão, todos eles não tinham um sítio onde ficar em algum momento da sua trajetória, porque à exceção de um participante (P3) que decidiu mudar-se para a rua por vontade própria, nenhum dos outros teve essa intenção.

No que diz respeito aos mecanismos de atribuição de responsabilidade em relação ao que precipitou a sua situação de vulnerabilidade, os participantes gostavam que a sua história antes de entrar na instituição tivesse tido outros contornos. Um deles (P5), pelo que exprimiu, não voltava atrás, mas parece-nos que o diz porque além de saber que não o pode fazer, não quer passar a imagem de “coitadinho”, postura que critica nos outros. A maioria deles percebe que sua a situação não derivou exclusivamente de variáveis individuais (ISS, 2005) e que a responsabilidade pela mesma está relacionada com um elevado número de fatores (e.g. políticas sociais e económicas), não excluindo a sua quota parte de falhas nesta equação (Bento & Barreto, 2002).

Considera-se importante intervir neste tópico, numa perspetiva de prevenção e de proteção: o da atribuição de responsabilidade relativamente à sua situação de sem-abrigo. Olhar para trás e perceber o que correu menos bem, o que poderia ter sido feito de maneira diferente e o que se aprendeu com o que aconteceu, ajudará as pessoas em condição de sem-abrigo a, possivelmente, diminuir sentimentos de culpa que os angustiam. Além disso, poderia ser útil para encerrarem este capítulo que, para a maioria dos entrevistados, está longe de estar concluído.

Aquando de todas estas ruturas, surgiram cada vez mais dificuldades e fragilidades. Viver na rua assume-se como o ponto extremo do grande plano inclinado de ruturas e adversidades que já haviam passado. Todos os participantes viveram períodos conturbados antes da entrada na instituição, como não ter um sítio fixo onde ficar e, por vezes, não ter dinheiro suficiente nem para satisfazer as necessidades básicas (Sousa & Almeida, 2011; Viegas, 2013). Foi o descobrir que a sua vida tinha chegado a um ponto em que “*[a terra] já [estava] pelo pescoço (...), depois já está ao nível da cabeça e depois já [estavam] todos cobertos, sem ver a luz*” (P2).

Este sentimento de falta de esperança envolveu alguns dos participantes num desespero tal que consideraram a hipótese de pôr termo à vida. O isolamento, angústia, abandono (Bento & Barreto, 2002) também afetaram a sua expectativa de ultrapassar esta situação (Costa, 1998). O facto de dois participantes terem tido pelo menos uma ideiação

suicida, vai de encontro à investigação de Poon e colaboradores (2017) que refere que a taxa de suicídio é aproximadamente nove vezes mais elevada na população sem-abrigo relativamente à população geral.

O aumento da segurança é unicamente referido por um participante (P3), que foi para a rua para ter um refúgio seguro, sentindo-se nela muito mais protegido. Este sentimento de segurança não foi explicado pelo sentimento de pertença a um grupo, “grupo dos sem-abrigo”, como o defendido por Snow e Anderson (1998), mas no sentido de na rua ser mais difícil que a agressora o encontrasse. Na investigação de Viegas (2013) foi concluído que as pessoas que estavam na rua tinham preocupações com a sua segurança, mas este facto não foi evidenciado por nenhum participante.

Relacionado com a segunda questão de investigação, é importante salientar que, apesar de estarem numa instituição de acolhimento temporário, segundo a perspetiva adotada pela ENIPSA (2019), permanecem numa situação de sem-abrigo, ou seja, muitas das fragilidades ainda não foram superadas.

A institucionalização é um tópico que gera algum debate, como ficou evidente no enquadramento teórico. Se é claro que uma instituição de apoio tem efetivamente um impacto positivo nos seus utentes em algumas dimensões, não é assim tão claro que o tipo de apoio prestado seja o mais adequado. Os participantes desta investigação apontaram mais pontos positivos do que negativos em relação à estrutura onde se encontram e a tudo o que esta engloba. Também indicam as repercussões mais positivas ou negativas que algumas medidas da instituição vão provocando neles próprios.

Refletindo sobre as entrevistas fica claro que a entrada na instituição foi um momento marcante na trajetória da maior parte dos participantes, indo de encontro à perspetiva de Gomes e Guadalupe (2011) de que as instituições assumem um papel preponderante na vida das pessoas que passam por elas. Os participantes, apesar de também apontarem alguns pontos negativos, estão satisfeitos com os serviços da instituição, tal como no estudo de Sousa e Almeida (2001) e de Pilar (2015).

Surpreendentemente, os pontos positivos evidenciados vão muito mais de encontro a necessidades para além das básicas, o que não se esperava tendo em conta os estudos apresentados no enquadramento teórico (e.g. Pilar, 2015; Sousa & Almeida, 2001). Efetivamente, ao contrário do que foi apontado na investigação de Sousa e Almeida (2001), os participantes do presente estudo consideram que a equipa técnica da instituição é muito empenhada e que o seu apoio é indispensável para a sua estabilidade emocional. Além do apoio por parte dos técnicos, é mencionado pontualmente o apoio dos colegas, tendo alguns

deles passado a ser amigos dos participantes e, portanto, parte da sua rede de suporte. Já no estudo de Sousa e Almeida (2001), a oportunidade de fazer amigos era um dos pontos mais referidos como fonte de satisfação.

No que diz respeito às regras da instituição, este foi um ponto que gerou opiniões distintas. No geral, os participantes gostam da exigência que lhes é imposta, porque a percebem como uma fonte de crescimento e de adaptação à vida em sociedade fora da instituição. Apesar disso, consideram que em alguns momentos é um exagero. Aldeia (2014; 2019) defende que as instituições estabelecem uma relação de dominação, subjugando os utentes de que dela dependem naquele momento às suas intervenções e às suas regras. Não se considera que, neste caso, se chegue a este extremo, mas efetivamente é notado nos discursos uma gratidão em que, dependendo da interpretação que lhe atribuímos, pode estar um pouco implícita a noção de aceitação de uma posição desqualificada perante a “instituição salvadora”. Pelo contrário, na investigação de Sousa e Almeida (2001), os participantes se pudessem ainda eram mais rigorosos e severos perante comportamentos que não iam de encontro às regras.

A ocupação que os participantes desta investigação possuem, quer seja um emprego ou uma formação profissional, foi encontrado com o auxílio da instituição. A questão do emprego especificamente, é percebida como positiva e como negativa. Na sua vertente positiva, é interessante perceber que, além da obtenção de um salário, o sentimento de utilidade é algo que agrada aos participantes. O trabalho permite uma autorrepresentação positiva, já que possibilita o afastamento relativamente ao rótulo de “preguiçoso” (Aldeia, 2014) e ao sentimento de fracasso e de desmérito (Castel, 1999). O salário, apesar de positivo, é apontado como algo que lhes desagrada no sentido de ser insuficiente para terem uma vida independente.

O ponto negativo destacado, e que também merece alguma atenção e reflexão, é a acomodação. Alguns entrevistados destacam que lhes gera confusão e irritação, alguns colegas serem sedentários e estarem há muito tempo na instituição, sem fazerem um esforço por sair da mesma. A acomodação, e posterior dependência a este tipo de serviços sociais, é um dado muito explorado na literatura (Bento & Barreto, 2002; Gomes & Guadalupe, 2011; Pereira et al., 2000; Pilar, 2015; Sousa & Almeida, 2001). A dificuldade surge ao pensar ao tentar implementar estratégias para impedir esta acomodação, mantendo o bem-estar dos utentes, isto é, estratégias que sejam equilibradas o suficiente e que respeitem os ritmos de cada pessoa, além da heterogeneidade do grupo, mas que possibilitem uma reintegração na sociedade. Esta dificuldade torna-se evidente quando é percebido que há um participante

que se encontra na instituição há mais ou menos dez anos. O trabalho em rede implementado e intensificado a partir da criação de uma estratégia única, a Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo, poderá ser uma mais valia para pensar em estratégias e, possivelmente, combater este sedentarismo e dependência.

Relativamente à última questão de investigação, os objetivos para o futuro que os participantes enumeram são interpretados pelos mesmos como realistas e justificados pelas sucessivas desilusões que já tiveram. O discurso da maioria é marcado pelo passado, tal como no estudo de Fernandes (2006) e de Nascimento (2016), e pela preocupação em viver o presente sem grandes expectativas. Consegue-se resumir grande parte dos objetivos dos participantes tendo por base as seguintes dimensões: habitação, relacionamentos e trabalho. Este facto pode dever-se à sua ambição de recuperar o que foram perdendo ao longo da sua trajetória, isto é, voltarem a sentir-se incluídos. Efetivamente, Semedo (2012) na sua análise, já tinha concluído que arranjar um trabalho e construir uma família eram os objetivos em maior destaque. É importante salientar que, tanto nessa investigação, como no presente estudo, alguns participantes afirmam querer uma vida “normal”, havendo indícios de que esta seria atingida remediando as ruturas do passado.

O estudo de Semedo (2012) conclui que havia esperança por parte das pessoas em situação de sem-abrigo em ultrapassar essa fase de profunda vulnerabilidade, apesar de não se conseguirem identificar muitas estratégias para o conseguir. Na presente investigação, os participantes ao afirmarem que querem sair da instituição e alcançar algo, identificam condições que têm de ter asseguradas para o conseguirem.

Analisando as reflexões realizadas pelos entrevistados sobre as suas perspetivas de futuro, é perceptível que têm receio de se de desiludir novamente. Já Pereira e colaboradores (2000) defendiam que as pessoas nesta condição tinham acumulado um nível de fracassos e insucesso tal, que havia um desvanecer de perspetivas e expectativas mais elaboradas em relação ao futuro.

Não esquecendo a gratidão que sentem relativamente à instituição que os tem apoiado, os entrevistados querem sair da instituição. Por um lado, todos têm este objetivo, mas por outro é evidente, principalmente no discurso do P4, que é difícil conseguirem a mesma comodidade e serviços por um preço tão baixo noutra sítio. Apesar disso, destacam algumas razões pelas quais querem ter “o seu cantinho”, como a privacidade, o sossego e a independência, por exemplo, no controlo dos horários. A privacidade e o sossego já têm sido apontados na literatura (e.g. Pilar, 2015), assim como o controlo dos horários, que está muitas vezes relacionado com a falta de adequação dos horários das instituições ao horário

de trabalho dos utentes. Aldeia (2014) aprofundou esta questão e defende que os horários das instituições são por norma inflexíveis, podendo dificultar o acesso ao mercado laboral.

As pessoas nesta situação de exclusão estão magoadas consigo próprias e com a vida em geral. É fundamental escutá-las e ter em atenção a sua história, para ser possível pensar em formas de as auxiliar, tendo por base uma intervenção indicada às suas necessidades. Conseguir atingir um equilíbrio entre bem-estar e autonomização é um desafio, porém parece-nos importante salientar que, não as preparar para o que é a vida em sociedade, concordando ou não com as suas regras e dinâmicas, não é estar a ser um auxílio para o seu empoderamento e estabilidade emocional, mas mais um recurso para a sua manutenção nesta situação, que não os satisfaz.

V. Conclusão

Concluimos que as pessoas numa situação de sem-abrigo são, efetivamente, pessoas vulneráveis e que passaram por grandes adversidades. As suas vidas estão marcadas por ruturas sucessivas e em várias dimensões, como por exemplo, ao nível das relações significativas e no que respeita ao mercado de trabalho, demonstrando, por isso mesmo, alguma fragilidade ao nível dos afetos e da sua autoperceção.

Efetivamente, a principal razão para a trajetória destas pessoas se desviar do que tinham planeado, parece estar relacionada com outras pessoas, isto é, com ruturas ao nível das relações interpessoais e, conseqüentemente, com a perda de apoio e suporte social. O resto das ruturas vem, normalmente, no processo descendente que é a exclusão social. Já havia sido explorada a questão de atualmente vivermos numa sociedade em que o encontro, o toque e a espontaneidade dos afetos se têm vindo a dissipar (Quintas, 2010; Simmel, 1997) e é realmente necessário refletir-se sobre esta questão. Obviamente que não pode ser tirada da equação a questão dos fatores estruturais e contextuais que facilitam este processo de exclusão, mas se olharmos mais para o outro como alguém que merece realmente a nossa atenção e cuidado, algumas destas situações podem vir a ser evitadas. É preciso também não esquecer que cada uma destas pessoas tem e teve livre arbítrio para tomar as suas decisões, boas ou más, mas é evidente que há muitos mais fatores envolvidos neste fenómeno do que apenas as variáveis individuais.

Verificou-se, também, que pessoas com trajetórias próximas da norma também podem vir a encontrar-se nesta situação de extrema vulnerabilidade: a situação de sem-abrigo. Fica claro que é importante que as pessoas que não estão na rua por opção própria, sejam auxiliadas e encaminhadas para instituições de apoio e instituições de acolhimento, mas também é essencial que se realize o seguimento desses casos e que se fomente uma efetiva reintegração dos indivíduos na sociedade. Só assim se pode quebrar a ideia de “ser sem-abrigo” e ir passando para a conceção de “estar sem-abrigo”.

Quanto à institucionalização, é perceptível que, no caso dos entrevistados deste estudo, teve um impacto positivo, mas também parece evidente que, em alguns deles, há já alguma dependência em relação à mesma. Além disso, o sentimento de acomodação por parte de outros colegas é um dado frequentemente referido, o que vem reforçar a importância de se refletir sobre o processo de institucionalização e sobre a própria intervenção realizada nestas estruturas de apoio.

A presente investigação tem a potencialidade de dar voz a estes participantes e aos seus projetos futuros. Muitas vezes estamos tão centrados no que estas pessoas foram, que é pouco explorado o que podem querer vir a ser. Por isso mesmo, permitir a abertura a este tema, que é algo receado pelos participantes, pelo seu medo de se desiludirem novamente, pode contribuir para uma maior reflexão dos próprios em relação ao que querem realmente atingir. Poder-se-ia pensar que as pessoas nesta situação teriam objetivos megalómanos e até irrealistas, mas o que o presente estudo conclui é que os participantes querem viver a sua vida com tranquilidade, tendo geralmente como objetivo recuperar aquilo que foram perdendo ao longo da vida.

É necessário reforçar a ideia de que é preciso pensar-se em formas de combater o medo de falhar das pessoas em situação de sem-abrigo, não esquecendo o seu passado, mas relembando-lhes que há ainda muitas experiências pela frente, ajudando-as então a acreditar no futuro e auxiliando-as no trabalho relativo à descoberta das ferramentas psicossociais para o atingirem.

Apesar deste estudo ter potencialidades e conclusões importantes, possui algumas limitações. A primeira limitação remete para o facto de apenas se terem entrevistado pessoas de uma única instituição e de apenas uma zona específica do país, isto é, as conclusões retiradas podem não ser alargadas a outras instituições e a outros pontos do território nacional. Além disso, como a instituição era apenas habitada por pessoas do sexo masculino, a amostra ficou restringida quanto a esta característica.

A desejabilidade social, além de ser uma limitação em si, pode ter sido potenciada, uma vez que a investigadora já conhecia os participantes. Por seu lado, o facto de haver uma relação de empatia previamente construída pode, também, ter ajudado a diminuir essa mesma desejabilidade.

Outra das limitações pode ter sido a entrevista ser gravada e, apesar de terem sido tomadas as medidas necessárias para que fosse um momento fluído e pautado por alguma descontração, o gravador pode ter sido um elemento que originou alguma estranheza e retração. A extensão do guião poderá ter sido demasiado ampla, apesar do seu cariz semiestruturado, o que poderá ter levado a uma menor exploração das últimas questões, comparativamente às primeiras, devido a algum cansaço progressivo.

É importante, ainda, indicar que se abordaram tópicos muito sensíveis para os entrevistados e, apesar ter sido dado o tempo necessário para se acalmarem e enfatizado que a entrevista poderia ser interrompida, esta partilha pode ter sido, de alguma forma, condicionada. Ademais, o facto da entrevista decorrer numa sala da instituição onde residem,

os participantes poderão ter-se sentido inibidos relativamente à partilha de alguns aspetos relativos a este contexto. Apesar disso, pode também ser interpretado como positivo e resultante num maior à vontade por parte dos participantes, já que era um sítio familiar.

Uma outra limitação encontrada está relacionada com o intervalo de tempo em que os participantes viveram na rua, pois esse não foi um dado controlado e esse espaço temporal é muito variado, podendo ser de semanas, mas também de vários meses.

Futuramente, seria pertinente alargar-se este estudo a outras zonas do país e a outras instituições da mesma natureza, podendo até haver a oportunidade de se poder explorar narrativas de pessoas sem-abrigo, em diferentes condições; por exemplo, pessoas numa instituição de acolhimento temporário e pessoas em situação de rua, numa tentativa de se perceber se existiriam diferenças, uma vez que, no primeiro caso, há um acompanhamento institucional quase permanente e, no segundo, isso não acontece. Por seu lado, seria interessante fazer um acompanhamento longitudinal destes participantes, para se perceber qual a evolução dos seus planos para o futuro e de que forma a opinião dos participantes se tinha alterado, ou não, em relação à instituição e às experiências que lá viveram. Ainda, e para uma reflexão mais ecológica e sistémica, seria importante integrar também a perspetiva dos técnicos da instituição, para além da opinião dos utentes.

Além disso, seria igualmente enriquecedor se se efetuasse um estudo somente centrado no futuro, já que é a temática menos explorada na literatura e, apesar de existirem trabalhos realizados sobre a mesma, há sempre uma descentração para outros tópicos e pouca exploração deste espaço temporal.

Para concluir, esperamos que este estudo seja motor de ideias e projetos de intervenção, que possam ser implementados e testados, tendo em conta, tanto as limitações institucionais, como as suas potencialidades, muitas delas apontadas na presente investigação e na literatura já existente (e.g. Pilar, 2015; Sousa & Almeida, 2011).

Referências bibliográficas

- Aldeia, J. (2011). *"A Barraca do Rui": os laços sociais no fenómeno dos sem-abrigo*. (Tese de Mestrado). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/15725>
- Aldeia, J. (2014). De “cidadão” a “sem-abrigo”: o laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo. *Interseções*, 16(2), 229-244. doi: <http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16588>
- Aldeia, J. (2019). A centralidade do trabalho no fenómeno dos sem-abrigo. *Revista LABOR*, 1(11), 20-39. doi: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i11.6620>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bento, A., & Barreto, E. (2002). *Sem-amor Sem-abrigo*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Bogdan, R. C. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Capucha, L. (2004). *Desafios da Pobreza* (Tese de Doutoramento). Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa. Disponível em: https://www.academia.edu/25911964/Desafios_da_Pobreza
- Castel, R. (1999). *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Paris: Gallimard.
- Costa, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Dubet, F., & Lapeyronnie, D. (1992). *Les Quartiers D'Exil*. Paris: Éditions du Seuil.
- ENIPSA (2018). Relatório Inquérito aos Conceitos Utilizados e aos Sistemas Locais de Informação. Disponível em: <http://www.enipssa.pt/documentacao>
- ENIPSA (2019). Relatório de Execução Plano de Ação 2017-2018. Disponível em: <http://www.enipssa.pt/documentacao>
- Esteves, A. J. (1998). Metodologias qualitativas: perspetivas gerais. In A. Esteves & J. Azevedo (Eds.), *Metodologias qualitativas para as ciências sociais* (pp. 2-8). Porto: Instituto de Sociologia.
- FEANTSA (2005). ETHOS – European Typology of Homelessness and Housing Exclusion. Disponível em: <https://www.feantsa.org/en/toolkit/2005/04/01/ethos-typology-on-homelessness-and-housing-exclusion>
- Fernandes, J. L., & Carvalho, M. C. (2000). Problemas no estudo etnográfico de objectos fluídos: os casos do sentimento de insegurança e da exclusão social. *Educação, Sociedade e Culturas*, 14, 59-87.

- Fernandes, L. (2005). Pobreza urbana e marginalidade no virar do milénio. In S. Aires (Ed.), *In Extremis: fenómenos, actores e práticas nos domínios da pobreza e da exclusão social extrema*. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza.
- Fernandes, L. (2014). A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência quotidiana. *Quaderns de l'Institut Català d'Antropologia*, 19(1), 175-186.
- Fernandes, M. M. D. (2006). *Fechados no silêncio: os sem-abrigo*. (Tese de Mestrado). Universidade Aberta, Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.2/619>
- Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. London: SAGE Publications.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 64-89).
- Gomes, T. S., & Guadalupe, S. (2011). Redes de suporte formal ao sem-abrigo na cidade de Coimbra. *Interações sociedade e as novas modernidades*, 11(21), 71-94.
- Guerra, E. L. A. (2014). *Manual de Pesquisa Qualitativa*. Belo Horizonte: Grupo Anima Educação.
- Instituto Nacional de Estatística (2012, novembro 20). Censos 2011. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006734&selTab=tab0&xlang=pt
- Instituto da Segurança Social (2005). *Estudo dos sem-abrigo*. Lisboa: Segurança Social.
- Jesus, M. F., & Menezes, I. (2010). A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. *Análise Psicológica*, 3(XXVIII), 527-535.
- Leão, J. L. B. C. (2014). *Estratégias espaciais de sobrevivência urbana vividas pelos sem-abrigo na cidade do Porto* (Tese de Mestrado) Universidade do Minho, Braga. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/33497>
- Lúcio, J., & Marques, F. (2010). Inclusão Social – do conceito à estratégia: o caso dos sem-abrigo na Cidade de Lisboa. Actas do Seminário Geografias de Inclusão: desafios e oportunidades. In *Geografias da Inclusão: desafios e oportunidades*, 61-81.
- Manso, A. L. (2016). *Condição juvenil e trajetórias de deriva: rotas desviantes no contexto urbano* (Tese de Doutoramento). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/102362>
- Nascimento, M. (2016). *Sem-abrigo: perspectiva da reinserção social, uma nova vida pós-rua*. (Tese de Mestrado) Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/7136>

- Nicodemos, J. C., & Ferro, L. (2018). Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos, 92-115. doi: <https://dx.doi.org/10.21747/08723419/soctem2018a5>
- Nobre, M. T., & Barreira, I. A. F. (2018). A reinvenção de si no mundo da rua: trajetos e narrativas de quem nela vive. *Interação em Psicologia*, 22(3), 200-210. doi: <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i3.56093>
- Nogueira, S. M., & Ferreira, J. A. (2007). A realidade psicossocial dos *sem-abrigo*: breve contributo para a sua caracterização. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 195-205.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pereira, A., Barreto, P., & Fernandes, G. (2000). *Análise longitudinal dos sem-abrigo em Lisboa: a situação em 2000*. Lisboa: Departamento de Acção Social da CML.
- Pilar, P. C. P. (2015). Perceção de saúde e avaliação das necessidades de intervenção em população sem-abrigo institucionalizada. (Tese de Mestrado) Universidade Fernando Pessoa, Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/5368>
- Poon, G., Holleran, L., Chu, J., Goldblum, P., & Bongar, B. (2017). A qualitative analysis of suicide risk factors, preferred means, and means restriction feasibility within a homeless shelter environment. *Journal of Social Distress and the Homeless*. doi: 10.1080/10530789.2017.1363505
- Quintas, S. M. M. (2010). *A Percepção de Técnicos e Indivíduos “Sem-Abrigo”*: Histórias ocultas de uma realidade no Porto (Tese de Mestrado) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/57419>
- Ruivo, F. (2002). *Poder Local e Exclusão Social: dois estudos de caso de organização local da luta contra a pobreza*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Semedo, N. L. (2012). *Perspetiva do sem-abrigo para o futuro*. (Tese de Mestrado) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/5884>
- Silva, S. P. (2007). Sem-abrigo: métodos de produção de narrativas biográficas. *Sisifo - Revista de Ciências da Educação*, 2, 69-82.
- Simmel, G. (1997). A metrópole e a vida do espírito. In C. Fortuna (Ed.), *Cidade, Cultura e*

- Globalização*. Oeiras: Celta Editora.
- Snow, D. A., & Anderson, L. (1998). *Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Sousa, F. M. V., & Almeida, S. M. (2001). E se perguntássemos aos Sem-Abrigo: Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa. *Análise Psicológica*, 2(19), 299-312. doi: <https://doi.org/10.14417/ap.361>
- Shinn, M., Knickman, J. R., Ward, D., Petrovic, N. L., & Muth, B. J. (1990). Alternative Models for Sheltering Homeless Families. *Journal of Social Issues*, 46(4) 175-190. doi: 10.1111/j.1540-4560.1990.tb01805.x
- Sullivan, G., Burnam, A., & Koegel, P. (2000). Pathways to homelessness among the mentally ill. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 35(10), 444-450. doi: 10.1007/s001270050262
- Tipple, G., & Speak, S. (2005). Definitions of homelessness in developing countries. *Habitat International*, 29, 337-352. doi: 10.1016/j.habitatint.2003.11.002
- Viegas, I. O. M. (2013). *Morar na rua: um estudo sobre sobrevivência e identidade de pessoas sem-abrigo* (Tese de Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/72035>
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Wolch, J. R., Dear, M., & Akita, A. (1988). Explaining Homelessness. *Journal of the American Planning Association*, 54(4), 443-453. doi:10.1080/01944368808976671

APÊNDICES

Apêndice 1. Caracterização mais aprofundada da amostra (n=23)

Nota: As informações apresentadas são relativas ao momento da recolha de dados podendo algumas delas, neste espaço temporal, terem sofrido alterações.

A maior percentagem de participantes está na instituição desde 2018 (n=8), havendo uma distribuição da admissão entre 2012 (n=1) e 2019 (n=5), havendo onze participantes que passaram por uma situação de rua. No momento da recolha, encontram-se, na sua maioria, não empregados, isto é, ou a frequentar uma formação (n=5) ou em situação de desemprego (n=11). Nestes casos, há uma distribuição temporal relativa ao período não profissionalmente ativo que varia entre um mês (n=1) e dez anos (n=2), sendo o mais frequente estarem há mais ou menos um ano nesta situação.

Como a maioria dos participantes não está empregado, recebe o rendimento estatal (rendimento social de inserção ou subsídio de desemprego) e os participantes empregados (n=6) recebem entre 600€ e 800€. Apenas um dos participantes não tinha qualquer tipo de rendimento aquando da recolha dos dados por estar a aguardar a aprovação do pedido para receber o rendimento social de inserção. Em termos de gastos mensais fixos, o tabaco é o gasto mais referido (n=18), sendo também muitas vezes referidos gastos com a medicação e café.

Relativamente aos problemas de saúde dos participantes, muitos deles revelam não ter nenhum problema de saúde preocupante no momento (n=13), havendo três participantes com Hepatite C, dois com HIV e os restantes mencionam problemas como tensão alta e diabetes.

No que se refere aos consumos de substâncias lícitas e ilícitas no passado dos participantes, apenas um não refere o tabaco. O consumo de álcool (n=11), cannabis (n=9), heroína (n=6) e cocaína (n=7) também são característicos nesta amostra. Comparativamente, atualmente apenas o consumo do tabaco se mantém, na maioria dos participantes (n=19). Há três participantes sem qualquer tipo de consumo e apenas um revela ter consumos ocasionais de álcool e cannabis, aliado ao consumo de tabaco.

Em termos de rede suporte familiar, todos os participantes indicam ter familiares ainda vivos, mas cinco participantes revelam ter pouco ou nenhum contacto com os mesmos, havendo quatro destes que não informaram a família que estavam a residir na instituição. Relativamente a pessoas significativas fora da família são muitas vezes indicados amigos, companheiros(as) amorosos(as) e colegas da instituição.

Apêndice 2. Notas biográficos dos participantes das entrevistas

Nota: As informações apresentadas são relativas ao momento da recolha de dados podendo algumas delas, neste espaço temporal, terem sofrido alterações.

- 1. Participante 1 [P1]** – participante com 53 anos, nacionalidade portuguesa e com o 2º ciclo. É divorciado e refere que foi o divórcio o principal motivo da sua vinda para a instituição, mencionando que já viveu na rua. Foi encaminhado pela RLIS Fios e Desafios e encontra-se na instituição desde 2018. Está em formação na área da restauração e simultaneamente a começar a realizar alguns trabalhos pontuais através da instituição formadora. O seu último emprego estável foi há um ano e sente-se motivado para trabalhar em qualquer área, evidenciando que o seu sonho era ter uma profissão relacionada com a condução, como ter um táxi. Recebe o rendimento social de inserção e o tabaco é a sua única despesa mensal fixa. Não revela ter nenhum problema de saúde e não é acompanhado em nenhum Centro de Saúde regularmente. No que diz respeito a comportamentos de risco, não refere ter sofrido nenhum tipo de violência, nem ter sido agressivo frequentemente com ninguém. No passado, já consumiu substâncias psicoativas, como cannabis, heroína e cocaína, tendo iniciado esses consumos por volta dos 16 anos e cessado os mesmos por volta do ano 2000. Neste momento não mantém qualquer tipo de consumo, à exceção do tabaco. Na esfera familiar, indica que tem familiares, mas que não possui qualquer tipo de contacto e, por isso mesmo, estes não sabem da sua situação. Refere ter algumas pessoas significativas na sua vida, mas não muitas.
- 2. Participante 2 [P2]** – participante com 47 anos, nacionalidade portuguesa e com o 3º ciclo. É solteiro e refere vários motivos para a sua mudança para a instituição, como o falecimento dos pais, ser abandonado pelo companheiro e a entrada no mundo do álcool. Já viveu na rua e foi encaminhado pela Segurança Social, estando desde 2017 na instituição. Está desempregado há mais ou menos três meses e demonstra motivação para trabalhar. Recebe o rendimento social de inserção e o tabaco é a sua única despesa mensal fixa. Relativamente aos seus dados clínicos, indica apenas que teve alguns problemas relacionados com o seu consumo excessivo de álcool, mas que atualmente se encontra bem de saúde e acompanhado pelo(a) médico(a) de família. Em relação a episódios de violência recorrentes, foi vítima indireta de

violência doméstica na sua infância, já que o pai era muito agressivo com a mãe. A descoberta da sua homossexualidade também foi um momento/período complicado para si, por evidenciar que a sua família era conservadora e por não se sentir preparado para lidar com isso. Hoje em dia, está à vontade com a sua orientação sexual e o seu maior sonho é encontrar alguém. Em termos de consumos no passado, revela ter sido dependente do álcool e não esconde que já teve algumas recaídas, apesar de neste momento apenas fumar tabaco. Não possui uma rede de suporte familiar, apesar de existirem alguns membros da sua família que sabem da sua situação e com quem contacta pontualmente. No que diz respeito a pessoas significativas na sua vida, refere só ter uma ou duas.

3. Participante 3 [P3] – participante com 57 anos, nacionalidade portuguesa e com o 2º ciclo. É divorciado e a sua situação atual está relacionada com este facto, já que saiu de casa e passado uns tempos juntou-se a uma nova companheira que começou a ser violenta com ele. Já viveu na rua, pois preferiu ficar sem sítio onde habitar, do que viver com a companheira. Foi encaminhado pela CARITAS e está na instituição desde 2018. Está em formação na área da cerâmica e já se encontra desempregado há cerca de um ano, estando motivado para voltar ao trabalho assim que encontrar uma oportunidade. Recebe o rendimento social de inserção e evidencia duas despesas principais: despesas com o filho e tabaco. Em termos de problemas de saúde, atualmente não apresenta qualquer queixa e não é acompanhado no Centro de Saúde, mas no passado passou por uma depressão e esgotamentos nervosos. Relativamente a comportamentos de risco, foi vítima de violência doméstica durante cinco anos. É com pesar que revela que pediu ajuda várias vezes, inclusive à APAV que diz ter sido o sítio onde foi pior tratado. Nunca teve nenhum consumo além do tabaco. No que diz respeito à família, tem ligação principalmente com a ex-mulher e com o filho, que sabem da sua situação. O filho é a pessoa mais importante da sua vida. Revela que tem amigos e que estes têm um papel relevante na sua vida.

4. Participante 4 [P4] – participante com 56 anos, nacionalidade portuguesa, com o 3º ciclo e solteiro. Entrou na instituição em 2012, altura em que saiu de um Estabelecimento Prisional. As suas duas penas que teve de cumprir estiveram relacionadas com tráfico de droga. Está empregado, recebendo um rendimento laboral que ronda os 600€ e tem como despesas mensais fixas o tabaco, comida e

bebida. Apesar de na instituição serem fornecidas as refeições, admite que muitas vezes as realiza fora da mesma. Em termos de problemas de saúde, no passado teve um linfoma e hepatite C. Atualmente o único problema que indica é HIV, revelando ser acompanhado por profissionais de saúde. Não enuncia nenhum episódio de violência recorrente. Em termos de consumos, já consumiu álcool, cannabis, heroína, cocaína e tabaco. O tabaco permanece na sua vida, além de um consumo pontual de álcool e cannabis, que refere nunca terem interferido com o seu trabalho ou com a sua estabilidade. Tem contacto com alguns familiares e estes sabem da sua situação. Relativamente a outras pessoas significativas refere que conhecidos tem muitos, mas amigos já são menos.

- 5. Participante 5 [P5]** – participante com 53 anos, nacionalidade portuguesa e com o ensino secundário. É divorciado e foi a partir do seu divórcio que a sua vida perdeu estabilidade, revelando ter ido para a instituição porque deixou de conseguir pagar o quarto onde pernoitava. Indica também que já viveu na rua, um período marcante na sua vida. Foi encaminhado pela Segurança Social e encontra-se na instituição desde 2018. Está a trabalhar na área da restauração e a receber um rendimento laboral de cerca de 600€. Revela ter algumas despesas fixas como o passe, dívidas e tabaco. Não refere nenhum problema de saúde atual, mas menciona episódios de epilepsia e um enfarte no seu passado, não frequentando há muito tempo um médico. Revela alguns episódios de violência, principalmente psicológica, na sua infância e apenas refere o consumo de tabaco e álcool, tendo permanecido até aos dias de hoje apenas o tabaco. Sobre a família, indica ter pouco contacto, apesar de ser próximo do filho. Em termos de pessoas significativas, revela que os amigos fugiram e que tem alguns companheiros na instituição importantes para si.

- 6. Participante 6 [P6]** – participante com 47 anos, nacionalidade portuguesa, solteiro e com o 2ºciclo. Já viveu em condições muito precárias, principalmente desde a morte da mãe, algo que o marcou muito e que o levou a intensificar o seu consumo de álcool. Foi encaminhado pela Porta Amiga (AMI) e está na instituição desde 2018. Está em formação na área de cerâmica e o seu último emprego foi há mais ou menos dois anos. Apesar de estar a concluir o tratamento para a hepatite C e com muitas consultas médicas, revela disponibilidade e motivação para trabalhar. Recebe o rendimento social de inserção e as suas despesas mensais estão em grande parte

relacionadas com dívidas. Relativamente a problemas de saúde, teve um tumor na tiroide e, como já referido, está a efetuar tratamento para a hepatite C e a ser acompanhado pelo(a) médico(a) de família. Revela já ter experimentado um pouco de tudo, no que diz respeito a substâncias psicoativas, mas nos últimos anos esteve seriamente dependente do álcool. Atualmente fuma e revela ainda não ser fácil estar na presença de álcool, principalmente porque é algo que se consegue comprar em qualquer lado e, por isso mesmo, refere já ter tido uma recaída ligeira. Não tem quase nenhum contacto com familiares, apesar de haver quem saiba da sua situação, referindo ter um primo e uns amigos no estrangeiro que são um grande apoio.

Apêndice 3. Ficha de Anamnese

Data de admissão: ____/____/____

Encaminhamento: _____

Questões Demográficas

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____

Naturalidade: _____ Estado civil: _____

Motivo da vinda para o abrigo (principal): _____

(tentar perceber se alguma vez viveu na rua)

Habilitações e Situação Profissional

Habilitações literárias

1º ciclo ____

2º ciclo ____

3º ciclo ____

Ensino secundário ____

Curso profissional ____

Ensino superior ____

Sabe ler e escrever ____

Não sabe ler nem escrever ____

Estado profissional

Empregado	Desempregado	Em formação	Outro: _____

Comentários: _____

Se NÃO está empregado:

O seu último emprego foi em que área? _____

Há quanto tempo não trabalha? _____

Qual o motivo que o levou a deixar de trabalhar? _____

Motivação para trabalhar? (tanto na sua área como noutra) _____

Fontes de rendimento

Rendimento laboral	Mendicidade	
Rendimento estatal (RSI ou subsídio de desemprego)	Atividades ilícitas	
Familiares / Amigos	Nenhum	
Institucional	Outro:	

Aproximadamente qual o valor do seu rendimento? _____ €

Durante o mês em que costuma gastar o seu rendimento?

Dados clínicos

Saúde

Problemas de saúde atuais: _____

Medicação atual: _____

Problemas de saúde passados: _____

Comportamentos de risco

Violência

Tipo	Comentário (A/V PR/PA)
Familiar	
Doméstica	

Relações de amizade	
Escolar	
Outra:	

*A-Agressor V-Vítima PR-Presente PA-Passado

Comentários: _____

Consumos

Substância	Início	Fim	Via	Frequência	Comentários
Tabaco					
Álcool					
Cannabis					
Heroína					
Metadona					
Cocaína					
Crack					
H + C					
Anfetaminas					
Ecstasy					
MD's					
Benzo's					
LSD					
Outros					

Questões Familiares e Sociais

Familiares (ainda vivos)

Pai / Padrasto		Filho/a/s	
Mãe / Madrasta		Marido / Mulher	
Irmãos		Companheiro / Companheira	
Avô / Avó		Outro(s):	
Outros familiares			

Famíliares com que mantém contacto

Pai / Padrasto		Filho/a/s	
Mãe / Madrasta		Marido / Mulher	
Irmãos		Companheiro / Companheira	
Avô / Avó		Outro(s):	

Família sabe da sua situação?

Sim ____ Não ____

Se a sua família **NÃO** sabe, qual a razão?

Pessoas significativas (fora da família)

Apêndice 4. Guião da entrevista semiestruturada

PARTE I – TRAJETÓRIA ATÉ AGORA

Percurso de vida anterior à entrada na instituição/ Trajeto conducente à institucionalização

1. Pode falar-me um pouco sobre a sua vida antes de ter entrado nesta instituição?

2. O que o trouxe até esta instituição?

[Pontos de orientação]

1.1 Quais as razões?

1.2 Que dificuldades passou antes de vir para cá?

1.3 O que sentiu durante o período em que a sua vida mudou/se dificultou?

1.4 Há quanto tempo está numa situação de vulnerabilidade/instabilidade?

1.5 Teria feito algo de diferente? Se sim, o quê?

Entrada na instituição

3. Conte-me um pouco de como tem sido a experiência de viver nesta instituição.

[Pontos de orientação]

3.1 Há quanto tempo entrou para esta estrutura?

3.2 Como se sentiu na sua entrada nesta estrutura?

3.3 O que começou a mudar na sua vida?

3.4 Que facilidades e dificuldades tem vindo a sentir?

3.5 De que forma é trabalhado consigo um planeamento do seu futuro?

3.6 Em que medida a sua entrada aqui influenciou a sua forma de estar/ a sua atitude/ a sua pessoa?

3.7 Quanto tempo estima permanecer aqui?

PARTE II – FOCO NO FUTURO

Possibilidade de mudança

4. Após a saída desta estrutura, acha que a sua vida vai ser diferente do que era antes?

[Pontos de orientação]

4.1 Em que aspetos?

4.2 O que gostava que acontecesse? (*versus*)

4.3 O que acha que vai acontecer?

4.4 De que forma está a trabalhar nesse sentido (do que quer atingir)?

4.5 De que depende o cumprimento desses objetivos?

4.6 Que fatores considera que podem contribuir para que o seu futuro corra melhor ou pior?

4.7 Se dependesse somente de si, como seria a sua vida no futuro?

5. Quais são os seus planos? (caso a questão anterior não tenha sido suficiente)

[Pontos de orientação]

5.1 Como se imagina?

5.2 Como se vai sentir?

6. Gostava que fizéssemos uma viagem a 2023, ou seja, até daqui a 4 anos. Pedia-lhe que me descrevesse um dia da sua vida nesse mesmo ano.

[Pontos de orientação]

6.1 Onde vai estar?

6.2 O que vai estar a fazer?

6.3 Com quem vai estar?

6.4 O que vais estar a sentir?

6.5 Que objetivos já cumpriu até esse ano?

7. Pensa mais no presente, no passado ou no futuro?

[Pontos de orientação]

7.1 O passado e o presente vão ter influência sobre o seu futuro?

Para concluir

8. Há mais alguma coisa que me queira contar (e que possa ajudar a perceber melhor como foi e será a seu percurso de vida)?

Apêndice 5. Consentimento informado

Eu, _____ compreendi a explicação que me foi dada acerca do estudo que se tenciona realizar: os objetivos, os métodos, os benefícios previstos, os riscos potenciais e o eventual desconforto.

· Solicitei todas as informações de que necessitei, sabendo que o esclarecimento é fundamental para uma boa decisão.

· Fui informado da possibilidade de livremente recusar ou abandonar a todo o tempo a participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo na assistência que é prestada.

· Toda a informação recolhida, neste estudo, será estritamente confidencial e a minha identidade nunca será revelada, em qualquer relatório ou publicação.

· Autorizo o tratamento de dados e a divulgação dos resultados obtidos no meio científico, garantido o anonimato.

· Com o intuito de facilitar o registo da informação recolhida, o áudio desta entrevista será gravado, sendo que os dados daí advindos serão somente utilizados no contexto da presente investigação.

· Concordo com a participação neste estudo, de acordo com os esclarecimentos que me foram prestados.

Assinatura: _____

Investigadora: _____

Data: ___/___/_____

Apêndice 6. Sistema Categorial

I. Passado	*Infância e juventude	(não foi analisada com profundidade porque não ia de encontro do objetivo do estudo, apesar de terem sido tidas em conta)		
	1. Razões para a situação de sem-abrigo	1.1. Desemprego		
		1.2. Problemas relacionais	1.2.1. Problemas conjugais	a) Divórcio
				b) Violência doméstica
				c) Abandono
		1.2.2. Problemas familiares		a) Falecimento dos pais
				b) Falta de apoio
				c) Sair de casa
		1.2.3. Solidão		
		1.3. Instabilidade financeira		
		1.4. Reclusão		
		1.5. Desalojamento		
		1.6. Comportamentos aditivos	1.6.1. Álcool	
	1.6.2. Droga			
	1.6.3. Jogo			
	2. Período antes de entrar na instituição	2.1. Instabilidade de sítio onde pernoitar		
		2.2. Ideação suicida		
		2.3. Pouco dinheiro		
		2.4. Fome		
		2.5. Segurança		
	3. Mecanismos de atribuição de responsabilidade	3.1. Externos		
3.2. Internos				

II. <u>Instituição</u>	1. Entrada	1.1 Encaminhamento			
		1.2. Tempo			
		1.3. Primeiras impressões/emoções			
	2. Pontos positivos	2.1. Apoio		2.1.1. Recomeçar	
				2.1.2. Bem-estar	
				2.1.3. Segurança psicoemocional	
				2.1.4. Projetar o futuro	
		2.2. Ocupação		2.2.1. Emprego	a) Salário
					b) Utilidade
			2.2.2. Outras atividades		
		2.3. Ambiente relacional			
		2.4. Comodidade			
		2.5. Exigência			
	2.6. Gratidão				
	3. Pontos negativos	3.1. Excesso de exigência			
		3.2. Colegas		3.2.1. Acomodação	
				3.2.2. Confusões	
				3.2.3. Críticos	
		3.3. Emprego		3.3.1. Dificuldades no emprego	
	3.3.2. Dificuldades em arranjar emprego				

III. <u>Futuro</u>	1. Objetivos	1.1. Alojamento	1.1.1. Privacidade	
			1.1.2. Independência	a) Controlo de horários
		1.2. Relacionamentos	1.2.1. Amorosos	a) Reciprocidade
			1.2.2. Familiares	a) Filhos
				b) Netos
				c) Aproximação
			1.2.3. Amizade	
		1.3. Ocupação	1.3.1. Independência financeira	
		1.4. Ter saúde		
		1.5. Estabilidade financeira		
		1.6. Bens materiais		
	1.7. Sair da instituição			
	1.8. Fazer uma viagem			
	1.9. Não cair nos erros do passado			
	1.10. Sem objetivos			
		1.11. Ser feliz		
	2. Condições para a mudança	2.1. Estrutura emocional		
		2.2. Dinheiro		
		2.3. Trabalho	2.3.1. Contrato	
		2.4. Sítio onde ficar		
		2.5. Definir objetivos		
	3. Reflexões	3.1. Concretização de objetivos		
		3.2. Ponderação	3.2.1. Medo de lidar com a frustração	
		3.3. Não ter futuro		
		3.4. Imprevisibilidade		

Apêndice 7. Definição operacional das categorias

I. Passado: verbalizações referentes ao passado dos participantes, desde a sua infância até à sua entrada na instituição

***Infância e juventude:** verbalizações referentes a momentos marcantes na sua infância e juventude

1. Razões para a sua situação de sem-abrigo: verbalizações referentes às razões pelas quais os participantes consideram estar nesta condição de vulnerabilidade

1.1. Desemprego: referências à perda de emprego

1.2. Problemas relacionais: referências a problemas nas suas relações

1.2.1. Problemas conjugais: referências aos problemas nas suas relações amorosas como impulsionadores da sua situação de sem-abrigo

a) Divórcio: verbalizações sobre a sua rutura conjugal

b) Violência doméstica: verbalizações sobre ser vítima de violência doméstica

c) Abandono: verbalizações sobre ser abandonado pelo companheiro

1.2.2. Problemas familiares: referências aos problemas no seio familiar como impulsionadores da sua situação de sem-abrigo

a) Falecimento dos pais: verbalizações sobre a perda do pai e/ou da mãe como um marco que facilitou a sua passagem para uma situação de exclusão

b) Falta de apoio familiar: verbalizações sobre a falta de apoio familiar que facilitou a sua presente situação

c) Sair de casa: verbalizações sobre conflitos que levaram a uma saída de casa por parte do participante, deixando o filho com a mãe

1.2.3. Solidão: verbalizações relativas à solidão sentida pelos participantes resultantes dos problemas relacionais

1.3. Instabilidade financeira: referências à perda de poder económico como uma das razões impulsionadoras da sua situação

1.4. Reclusão: referência à reclusão e ao não ter um sítio onde habitar depois desse período

1.5. Desalojamento: referências ao desalojamento, efetuadas por ordem de despejo

1.6. Comportamento aditivos: referências aos comportamentos aditivos como um dos fatores que pode ter ajudado à sua situação de exclusão

1.6.1. Álcool: verbalizações referentes ao consumo excessivo de álcool

1.6.2. Droga: verbalizações referentes ao consumo abusivo de substâncias psicoativas ilícitas

1.6.3. Jogo: verbalizações referentes à ida a casinos com bastante regularidade

2. Período anterior à entrada na instituição: verbalizações referentes às dificuldades, fragilidades e/ou facilidades que passaram quando a sua vida estava no período mais intensivo de exclusão social.

2.1. Instabilidade de sítio onde pernoitar: referências à instabilidade vivida e sentida quando não tinham um sítio estável onde permanecer

2.2. Ideação suicida: referências a pensamentos relativos a pôr termo à vida, ou mesmo a tentativas de suicídio

2.3. Pouco dinheiro: referências a ter pouco dinheiro para as suas necessidades, até mesmo as necessidades mais básicas

2.4. Fome: referências a ter passado fome

2.5. Segurança: referências a ter sentido uma maior segurança na rua

3. Mecanismos de atribuição de responsabilidade: verbalizações referentes a uma possível, ou não, responsabilidade pela sua situação de sem-abrigo

3.1. Externos: referências a uma atribuição de culpa a fatores estruturais/contextuais

3.2. Internos: referências a uma atribuição da responsabilidade da sua situação a variáveis individuais

II. Instituição: verbalizações referentes à instituição de acolhimento temporário onde se encontram e aos efeitos, positivos ou negativos, que as medidas e o ambiente da mesma provocam neles próprios

1. Entrada: verbalizações referentes à entrada dos participantes na instituição

1.1 Encaminhamento: verbalizações sobre o momento do pedido de ajuda e como se processou o encaminhamento para a presente instituição

1.2. Tempo: verbalizações sobre há quanto tempo entraram para a instituição

1.3. Primeiras impressões/emoções: verbalizações sobre os seus pensamentos e sentimentos aquando da sua entrada na instituição

2. Pontos positivos: verbalizações referentes aos pontos positivos apontados pelos participantes em relação à instituição e ao que esta lhes permite alcançar

2.1. Apoio: verbalizações referentes ao apoio sentido, maioritariamente por parte da equipa técnica, e do efeito que produz nos participantes

2.1.1. Recomeçar: verbalizações sobre o apoio prestado e que lhes permite recomeçar uma nova vida

2.1.2. Bem-estar: verbalizações sobre o efeito do apoio no seu bem-estar

2.1.3 Segurança psicoemocional: verbalizações sobre a segurança psicoemocional que sentem na instituição

2.1.4. Projetar o futuro: verbalizações sobre como o apoio os ajuda a ter mais perspetivas de futuro

2.2. Ocupação: referências sobre a ocupação possuída com a ajuda da instituição

2.2.1. Emprego: referências sobre a obtenção de emprego com a ajuda da instituição

a) **Salário:** referências à obtenção de um salário

b) **Utilidade:** referências ao sentimento de utilidade sentido por estarem a trabalhar

2.2.2. Outras atividades: referências a outras atividades, quer formações profissionais, quer atividades desenvolvidas na própria instituição

2.3. Ambiente relacional: verbalizações referentes a um ambiente relacional positivo, evidenciando a equipa técnica e os vigilantes

2.4. Comodidade: verbalizações sobre a comodidade da instituição

2.5. Exigência: verbalizações acerca da exigência exigida pela equipa técnica da instituição

2.6. Gratidão: verbalizações sobre o sentimento de gratidão sentido em relação à instituição de acolhimento temporário

3. Pontos negativos: verbalizações referentes aos pontos negativos apontados pelos participantes em relação à instituição e ao efeito que estes provocam na sua estabilidade e bem-estar

3.1. Excesso de exigência: referências a um exagero em algumas medidas aplicadas consequência de um excesso de exigência e rigidez em alguns momentos

3.2. Colegas: referências relativas aos colegas e a aspetos que não gostam na postura destes

3.2.1. Acomodação: verbalizações referentes à acomodação por parte de alguns colegas, algo que afeta negativamente os participantes

3.2.2. Confusões: verbalizações referentes às confusões e discussões que acontecem na instituição

3.2.3. Críticos: verbalizações relativas a um excesso de críticas por parte de alguns colegas em relação aos serviços prestados pela instituição

3.3. Emprego: referências aos aspetos negativos relacionados com o emprego

3.3.1. Dificuldades no emprego: verbalizações relativas às dificuldades sentidas no emprego, emprego esse que foi facilitado com a ajuda da instituição

3.3.2. Dificuldades em arranjar emprego: verbalizações referentes a uma grande dificuldade em arranjar emprego

III. Futuro: verbalizações relativas ao futuro dos seus participantes, englobando as categorias relativas aos objetivos para o futuro, às condições para a mudança e às reflexões dos participantes sobre o mesmo

1. Objetivos: referência dos objetivos que têm para o seu futuro e que querem atingir

1.1. Alojamento: verbalizações referentes ao objetivo de ter um alojamento próprio

1.1.1. Privacidade: verbalizações sobre a privacidade que querem obter ao conseguir um alojamento próprio

1.1.2. Independência: verbalizações sobre a independência que querem atingir quando tiverem um alojamento próprio

a) Controlo de horários: verbalizações acerca da independência que terão relativamente ao controlo dos seus horários quando tiverem o seu espaço

1.2. Relacionamentos: verbalizações sobre o objetivo de vir a ter ou manter relacionamentos

1.2.1. Amorosos: referências ao objetivo de ter uma relação amorosa

a) Reciprocidade: referências relativas a um desejo de existir reciprocidade nos sentimentos e tratamento da parte do(a) futuro(a) companheiro(a)

1.2.2. Familiares: referências aos objetivos relacionados com a família

a) Filhos: verbalizações relativas ao desejo de ter (mais) filhos

b) Netos: verbalizações relativas ao objetivo de ter netos

c) Aproximação: verbalizações relativas ao objetivo dos participantes se aproximarem de um ou mais familiares

1.2.3. Amizade: referências aos objetivos relacionados com a manutenção dos amigos ou ao estabelecimento de novas relações de amizade

1.3. Ocupação: referências relativas ao desejo de ter uma ocupação, principalmente um emprego

1.3.1. Independência financeira: verbalizações relativas à independência financeira que desejam atingir ao ter um emprego

1.4. Ter saúde: referências relativas ao objetivo de estar bem de saúde

1.5. Estabilidade financeira: referências relativas ao objetivo de ter uma estabilidade ao nível financeiro

1.6. Bens materiais: referências relativas ao objetivo de possuir alguns bens materiais, como um carro

1.7. Sair da instituição: referências relativas ao objetivo de abandonar a instituição

1.8. Fazer uma viagem: referências relativas ao objetivo de viajar

1.9. Não cair nos erros do passado: referências relativas ao objetivo de não ingressar pelos caminhos passados

1.10. Sem objetivos: referências relativas à ausência de objetivos

1.11. Ser feliz: referências ao objetivo dos participantes de serem felizes

2. Condições para a mudança: verbalizações relacionadas com pressupostos que os participantes têm de ter assegurados para atingirem os seus objetivos, principalmente a saída da instituição

2.1. Estrutura emocional: referências relativas à necessidade de terem uma estrutura emocional estável

2.2. Dinheiro: referências relativas à necessidade de terem algum dinheiro para se manterem

2.3. Trabalho: referências relativas à necessidade de terem um trabalho

2.3.1. Contrato: referências relativas à necessidade de terem um contrato de trabalho, de forma a aumentar a estabilidade

2.4. Sítio onde ficar: referências relativas à necessidade de encontrar uma solução estável de habitação

2.5. Definir objetivos: referências relativas à necessidade de definir objetivos para poder mudar algo

3. Reflexões sobre o futuro: verbalizações sobre o que os participantes pensam sobre o futuro

3.1. Concretização de objetivos: verbalizações relativas a como se vão estar e sentir quando conseguirem concretizar os seus objetivos

3.2. Ponderação: verbalizações acerca da ponderação necessária quando se pensa no futuro e quando são definidos objetivos

3.2.1. Medo de lidar com a frustração: verbalizações acerca da não definição de objetivos pouco realistas pelo seu medo de lidar novamente com a frustração

3.3. Não ter futuro: verbalizações relativas a uma ausência de futuro, pela sua condição, pela sua idade, entre outros

3.4. Imprevisibilidade: verbalizações relativas à imprevisibilidade do futuro, do dia de amanhã